



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL - LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 191211TP00004
LICITAÇÃO Nº. 00004/2019
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS
TIPO: MENOR PREÇO

Órgão Realizador do Certame:
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
RUA: DUQUE DE CAXIAS, SN - CENTRO - NOVA OLINDA - PB.
CEP: 58798-0000 - Tel: (83) 3459-1066.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 08.889.297/0001-08, doravante denominado simplesmente ORC, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, doravante denominada simplesmente Comissão, **as 10:00 horas do dia 09 de Janeiro de 2020** no endereço acima indicado, licitação na modalidade Tomada de Preços nº. 00004/2019, tipo menor preço, e sob o regime de empreitada por preço global; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta para: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO NAS RUAS: JOSÉ GONZAGA, JOSÉ LOURENÇO FILHO e MARIA NERI TEOTONIO, VIAS PÚBLICAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA-PB, CONVÊNIO/CR Nº 868959/2018/MCIDADES/CAIXA.**

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente licitação: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO NAS RUAS: JOSÉ GONZAGA, JOSÉ LOURENÇO FILHO e MARIA NERI TEOTONIO, VIAS PÚBLICAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA-PB, CONVÊNIO/CR Nº 868959/2018/MCIDADES/CAIXA.**

1.2.As especificações do objeto ora licitado, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste Instrumento.

1.3.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de obra para suprir demanda específica - **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO NAS RUAS: JOSÉ GONZAGA, JOSÉ LOURENÇO FILHO e MARIA NERI TEOTONIO, VIAS PÚBLICAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA-PB, CONVÊNIO/CR Nº 868959/2018/MCIDADES/CAIXA** -, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.4.Salienta-se que na referida contratação, não será concedido o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas nos Arts. 47, da Lei Complementar nº 123/2006, por não enquadrar-se nas hipóteses dos incisos I e III, do Art. 48, como também, não ser oportuno aplicar a exigência facultada no inciso II, do mesmo artigo, visto estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas no inciso III, do Art. 49, todos do referido diploma legal. Fica, no entanto, assegurado a ME e EPP o tratamento diferenciado e simplificado previsto nos demais Artigos do Capítulo V, Seção I, da LC nº. 123/2006.

2.0.DO LOCAL E DATA E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

2.1.Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação e a proposta de preços para execução do objeto desta licitação, deverão ser entregues à Comissão até as 10:00 horas do dia 09 de Janeiro de 2020, no endereço constante do preâmbulo deste instrumento. Neste mesmo local, data e horário será realizada a sessão pública para abertura dos referidos envelopes.

2.2.Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 as 12:00 horas.

2.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o ato convocatório deste certame por irregularidade na aplicação da Lei 8.666/93 e legislação pertinente, se manifestada por escrito e dirigida a Comissão, protocolizando o original até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para realização da respectiva sessão pública para abertura dos envelopes de habilitação, nos horários de expediente acima indicado, exclusivamente no seguinte endereço: Rua: Duque de Caxias, SN - Centro - Nova Olinda - PB.

2.4. Caberá à Comissão, auxiliada pelos setores responsáveis pela elaboração deste ato convocatório e seus anexos, decidir sobre a respectiva impugnação, respondendo ao cidadão interessado no prazo de até 03 (três) dias úteis, considerados da data em que foi protocolizada a petição.

2.5. Decairá do direito de impugnar as falhas ou irregularidades que viciariam o ato convocatório deste certame, o licitante que não o fizer por escrito e dirigida a Comissão, protocolizando o original até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, nos horários de expediente acima indicado, exclusivamente no seguinte endereço: Rua: Duque de Caxias, SN - Centro - Nova Olinda - PB.

3.0. DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1. Aos participantes, serão fornecidos os seguintes elementos:

3.1.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES;

3.1.2. ANEXO II - MODELOS DE DECLARAÇÕES;

3.1.3. ANEXO III - MODELO DO TERMO DE RENÚNCIA;

3.1.4. ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO;

3.2. A obtenção do instrumento convocatório poderá ser feita da seguinte forma:

3.2.1. Pela Internet: novaolinda.pb.gov.br ou www.tce.pb.gov.br; e

3.2.2. Impresso: junto a Comissão gratuitamente.

3.3. Os Projetos Básico e Executivo referentes ao objeto ora licitado estão disponibilizados junto à Secretaria de Infraestrutura nos horários normais de expediente, até o último dia útil anterior à data estabelecida para recebimento dos envelopes habilitação e proposta, onde poderão ser examinados e obtidos pelos interessados, inclusive em meio magnético, observados os procedimentos definidos pelo ORC.

4.0. DO SUPORTE LEGAL

4.1. Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

5.0. DO PRAZO E DOTAÇÃO

5.1. O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nos casos previstos pela Lei 8.666/93, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão da Ordem de Serviço:

Início: Imediato

Conclusão: 3 (três) meses

Vigência 30/09/2023 do Contrato de Repasse/Convênio Nº 868959/2018/MCIDADES/CAIXA

5.3. As despesas decorrentes do objeto da presente licitação, correrão por conta da seguinte dotação:

Recursos:

CONVÊNIO/CR Nº 868959/2018/MCIDADES/CAIXA

OPERAÇÃO CR 1054566-14/2018

UNIDADE GESTORA 175004, GESTÃO 0001

NATUREZA DA DESPESA: 444042

ORDINÁRIOS

6.0. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste certame, os licitantes devidamente cadastrados no ORC ou que atenderem a todas as condições para cadastramento até o terceiro dia anterior à data prevista para o recebimento das propostas, cuja regularidade será observada, em qualquer das hipóteses, exclusivamente mediante apresentação do Certificado de Inscrição de Fornecedores e Prestadores de Serviços, ou equivalente na forma da lei, fornecido pelo ORC, em plena validade. Os proponentes deverão entregar a Comissão dois envelopes fechados indicando, respectivamente, DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS, devidamente identificados nos termos definidos neste instrumento convocatório.

6.2. A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

6.3. Não poderão participar os interessados que se encontrem sob o regime falimentar, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou que estejam cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com o ORC.

6.4. Os licitantes que desejarem enviar seus envelopes Documentação e Proposta de Preços via postal - com Aviso de Recebimento AR -, deverão remetê-los em tempo hábil ao endereço constante do preâmbulo deste instrumento, aos cuidados do Presidente da Comissão - Pedro Cabral Cazé. Não sendo rigorosamente observadas as exigências deste item, os respectivos envelopes não serão aceitos e o licitante, portanto, desconsiderado para efeito de participação no certame.

6.5. Quando observada a ocorrência da entrega apenas dos envelopes junto a Comissão, sem a permanência de representante credenciado na respectiva sessão pública, é facultado ao licitante, não sendo condição para sua habilitação, a inclusão no envelope Documentação, da declaração expressa de renunciar ao direito de interpor recurso e ao prazo correspondente relativo à Fase de Habilitação, concordando com o prosseguimento do certame, previsto no Art. 43, III, da Lei 8.666/93, conforme modelo - Anexo III.

6.6. É vedada à participação em consórcio.

6.7. **CONDIÇÃO ESPECÍFICA:** O licitante deverá atender ao requisito abaixo e o respectivo comprovante, obrigatoriamente, integrará os elementos do envelope DOCUMENTAÇÃO:

6.7.1. Comprovação de capacidade técnico-operacional, feita através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado **em favor da Empresa**, demonstrando aptidão do licitante por execução de serviços, em características semelhantes à parcela mais relevante do objeto da presente licitação, abaixo indicada. Serão admitidos os atestados referentes à execução de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior a: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIEDO.

7.0. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

7.1. O licitante deverá se apresentar, para credenciamento junto a Comissão, quando for o caso, através de um representante, com os documentos que o credenciam a participar deste procedimento licitatório. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do certame na forma prevista neste instrumento, podendo ser substituído posteriormente por outro devidamente credenciado.

7.2. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

7.2.1. Tratando-se do representante legal: o instrumento constitutivo da empresa na forma da lei, quando for o caso, devidamente registrado no órgão competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

7.2.2. Tratando-se de procurador: a procuração por instrumento público ou particular da qual constem os necessários poderes para, firmar declarações, desistir ou apresentar as razões de recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame; acompanhada do correspondente instrumento de constituição da empresa, quando for o caso, que comprove os poderes do mandante para a outorga. Caso a procuração seja particular, deverá ser reconhecida a firma em cartório do respectivo signatário.

7.2.3. O representante legal e o procurador deverão identificar-se apresentando documento oficial que contenha foto.

7.3. Estes documentos deverão ser entregues a Comissão - antes do início da sessão pública - em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou membro da Comissão.

7.4. A não apresentação ou ainda a incorreção insanável de qualquer dos documentos de credenciamento impedirá a participação ativa do representante do licitante no presente certame. Esta ocorrência não inabilitará sumariamente o concorrente, apenas perderá o direito a manifestar-se nas correspondentes fases do processo licitatório. Para tanto, a Comissão receberá regularmente do referido concorrente seus envelopes, declarações e outros elementos necessários à participação no certame, desde que apresentados na forma definida neste instrumento.

7.5. No momento de abertura da sessão pública, cada licitante, por intermédio do seu representante devidamente credenciado apresentará, em separado de qualquer dos envelopes, a seguinte documentação:

7.5.1. Declaração de Elaboração Independente de Proposta - Anexo II.

7.6. Quando os envelopes Documentação e Proposta de Preços forem enviados via postal, a declaração indicada no item 7.5.1 deverá ser apresentada dentro do envelope Documentação.

8.0. DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos necessários à habilitação dos licitantes, deverão ser apresentados em 01 (uma) via, dentro de envelope lacrado, contendo as seguintes indicações no averso:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
DOCUMENTAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº. 00004/2019
NOME PROPONENTE
ENDEREÇO E CNPJ DO PROPONENTE

O ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO deverá conter os seguintes elementos:

8.2. **PESSOA JURÍDICA:**

8.2.1. Comprovação de cadastramento nos termos do item 6.1 deste instrumento.

8.2.2. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, e em se tratando de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, documentos pessoais dos sócios (CPF, RG ou CNH)

8.2.3. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social apresentados na forma da Lei, com indicação das páginas correspondentes do livro diário em que o mesmo se encontra, bem como apresentação dos competentes termos de abertura e encerramento, assinados por profissional habilitado e devidamente registrados na junta comercial competente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Caso a empresa for optante pelo SIMPLES NACIONAL, o balanço poderá ser substituído por contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme art. 27 da Lei 123/06 ou a DIRPJ (Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) do último exercício financeiro

8.2.4.Regularidade para com a Fazenda Federal - certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

8.2.5.Certidões negativas das Fazendas Estadual e Municipal da sede do licitante ou outro equivalente na forma da Lei.

8.2.6.Comprovação de regularidade relativa à Seguridade Social INSS-CND e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS-CRF, apresentando as correspondentes certidões fornecidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social e Caixa Econômica Federal, respectivamente.

8.2.7.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.2.8.Declaração do licitante: de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal - Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93; de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito à participação na licitação; e de submeter-se a todas as cláusulas e condições do presente instrumento convocatório, conforme modelo - Anexo II.

8.2.9.Termo de Renúncia, caso o participante envie apenas seus envelopes, sem representante credenciado e desejar renunciar ao direito de interpor recurso e ao prazo respectivo relativo à Fase de Habilitação, concordando com o prosseguimento do certame licitatório, conforme modelo - Anexo III.

8.2.10.Certidão negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.

8.2.11.Comprovação de registro e quitação do licitante e seus responsáveis técnicos, quando for o caso, frente ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia CREA-CRQ, da região da sede do licitante.

8.3.Documentação específica:

8.3.1.Comprovação de capacidade técnico-operacional - item 6.7.1.

8.3.2.Comprovação de que o licitante se enquadra nos termos do Art. 3º da Lei 123/06, se for o caso, sendo considerada microempresa ou empresa de pequeno porte e recebendo, portanto, tratamento diferenciado e simplificando na forma definida pela legislação vigente. Tal comprovação poderá ser feita através da apresentação de qualquer um dos seguintes documentos, a critério do licitante: a) declaração expressa formalmente assinada pelo profissional da área contábil, devidamente habilitado; b) certidão simplificada emitida pela junta comercial da sede do licitante ou equivalente, na forma da legislação pertinente. A ausência da referida declaração ou certidão simplificada, apenas neste caso para comprovação do enquadramento na forma da legislação vigente, não é suficiente motivo para a inabilitação do licitante, apenas perderá, durante o presente certame, o direito ao tratamento diferenciado e simplificado dispensado a ME ou EPP, previstos na Lei 123/06.

8.4.Os documentos de Habilitação deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por um índice correspondente, podendo ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, membro da Comissão ou publicação em órgão da imprensa oficial, quando for o caso. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas, dentro do prazo de validade, e encerrados em envelope devidamente lacrado e indevassável. Por ser apenas uma formalidade que visa facilitar os trabalhos, a ausência do índice de que trata este item, não inabilitará o licitante.

8.5.A falta de qualquer documento exigido, o seu vencimento, a ausência das cópias devidamente autenticadas ou das vias originais para autenticação pela Comissão ou da publicação em órgão na imprensa oficial, a apresentação de documentos de habilitação fora do envelope específico, tornará o respectivo licitante inabilitado. Quando o documento for obtido via Internet sua legalidade será comprovada nos endereços eletrônicos correspondentes. Poderão ser utilizados, a critério da Comissão os documentos cadastrais de fornecedores, constantes dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelos licitantes, quando for o caso.

9.0.DA PROPOSTA

9.1.A proposta deverá ser apresentada em 01(uma) via, dentro de envelope lacrado, contendo as seguintes indicações no anverso:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº. 00004/2019
NOME DO PROPONENTE
ENDEREÇO E CNPJ DO PROPONENTE

O ENVELOPE PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter os seguintes elementos:

9.2.Proposta elaborada em consonância com o respectivo projeto e as especificações constantes deste instrumento e seus elementos - Anexo I -, em papel timbrado da empresa, quando for o caso, devidamente assinada por seu representante, contendo no correspondente item cotado: discriminação, quantitativo e os valores unitário e total expressos em algarismos, acompanhada de:

9.2.1.Planilha de quantitativos e preços.

9.2.2.Cronograma físico-financeiro compatível com o prazo de execução dos serviços.

9.2.3.Composição de Custos Unitários contendo, inclusive, o detalhamento da composição de Lucros e Despesas Indiretas LDI e dos respectivos percentuais praticados.

9.3.A Planilha de quantitativos e preços, o Cronograma físico-financeiro e a Composição de Custos Unitários, deverão ser assinadas por Responsável Técnico da empresa. Propostas que apresentem o mesmo Responsável Técnico serão desclassificadas.

9.4.Será cotado um único preço, marca, modelo para cada item, com a utilização de duas casas decimais. Indicações em contrário estão sujeitas a correções observando-se os seguintes critérios:

9.4.1.Falta de dígitos: serão acrescentados zeros;

9.4.2.Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que 5, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais itens excedentes suprimidos.

9.5.No caso de aquisição de bens, a quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, não deverá ser inferior a 100% da estimativa detalhada no correspondente Termo de Referência - Anexo I. Disposição em contrário não desclassifica automaticamente a proposta apenas o respectivo item será desconsiderado.

9.6.A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa e em moeda nacional, elaborada com clareza, sem alternativas, rasuras, emendas e/ou entrelinhas. Suas folhas rubricadas e a última datada e assinada pelo responsável, com indicação: do valor total da proposta em algarismos, dos prazos de entrega ou execução, das condições de pagamento, da sua validade que não poderá ser inferior a 60 dias, e outras informações e observações pertinentes que o licitante julgar necessárias.

9.7.Existindo discrepância entre o preço unitário e o valor total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá.

9.8.Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo produto ou serviço, prevalecerá o de menor valor.

9.9.No caso de alterações necessárias da proposta feitas pela Comissão, decorrentes exclusivamente de incorreções na unidade de medida utilizada, observada a devida proporcionalidade, bem como na multiplicação e/ou soma de valores, prevalecerá o valor corrigido.

9.10.A não indicação na proposta dos prazos de entrega ou execução, das condições de pagamento ou de sua validade, ficará subentendido que o licitante aceitou integralmente as disposições do instrumento convocatório e, portanto, serão consideradas as determinações nele contidas para as referidas exigências não sendo suficiente motivo para a desclassificação da respectiva proposta.

9.11.É facultado ao licitante, apresentar a proposta no próprio modelo fornecido pelo ORC, desde que esteja devidamente preenchido.

9.12.Serão desclassificadas as propostas que deixarem de atender as disposições deste instrumento.

10.0.DO CRITÉRIO PARA JULGAMENTO

10.1.Será declarado vencedor deste certame o licitante que, atendidas todas as exigências do presente instrumento, apresentar proposta com menor valor global no correspondente item cotado, relacionado no Anexo I - Termo de Referência -, na coluna código.

10.2.Havendo igualdade de valores entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar 123/06 e no Art. 3º, §2º, da Lei 8.666/93, a classificação se fará através de sorteio.

10.3.Na presente licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

10.4.Para efeito do disposto neste instrumento, entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

10.5.Ocorrendo a situação de empate conforme acima definida, proceder-se-á da seguinte forma:

10.5.1.A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

10.5.2.Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item anterior, serão convocadas as demais remanescentes que por ventura se enquadrem na situação de empate acima definida, na ordem de classificação, para exercício do mesmo direito;

10.5.3.No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido como situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.6.Na hipótese de não-contratação nos termos acima previstos, em que foi observada a situação de empate e assegurado o tratamento diferenciado a microempresa e empresa de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.7.A situação de empate, na forma acima definida, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.0.DA ORDEM DOS TRABALHOS

11.1.Para o recebimento dos envelopes e início dos trabalhos será observada uma tolerância de 15 (quinze) minutos após o horário fixado. Encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito.

11.2.Declarada aberta à sessão pública pelo Presidente, será efetuado o devido credenciamento dos interessados. Somente participará ativamente da reunião um representante de cada licitante, podendo, no entanto, ser assistida por qualquer pessoa que se interessar.

11.3.O não comparecimento do representante de qualquer dos licitantes não impedirá a efetivação da reunião, sendo que, a simples participação neste certame implica na total aceitação de todas as condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório e seus anexos.

11.4.Em nenhuma hipótese será concedido prazo para a apresentação de documentação e/ou substituição dos envelopes ou de qualquer elemento exigido e não apresentado na reunião destinada à habilitação.

11.5.A Comissão receberá de cada representante os envelopes Documentação e Proposta de Preços, e rubricará juntamente com os participantes os fechos do segundo.

11.6.Posteriormente abrirá os envelopes Documentação, rubricará o seu conteúdo e solicitará dos licitantes que examinem a documentação neles contidas. Quaisquer impugnações levantadas deverão ser comunicadas a Comissão, que as consignará na Ata de reunião.

11.7.Prosseguindo os trabalhos, a Comissão analisará os documentos e as impugnações porventura formuladas pelos licitantes, dando-lhes ciência, em seguida, do resultado da Fase de Habilitação. Entretanto, se assim julgar necessário, poderá divulgar o resultado numa nova reunião, registrando-se na Ata, ou mediante publicação na imprensa oficial ou ainda emitindo aviso por escrito, observada, nestes casos, a devida antecedência necessária - não inferior a 48 (quarenta e oito) horas.

11.8.Ocorrendo à desistência expressa dos licitantes ao direito de recorrer na Fase de Habilitação, conforme previsto no Art. 43, III, da Lei 8.666/93, na mesma sessão poderá haver a abertura dos envelopes Propostas, caso contrário será marcada nova data, com observância ao prazo recursal estabelecido na legislação pertinente.

11.9.O envelope Proposta de Preços, devidamente fechado e lacrado, será devolvido ao licitante inabilitado, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação.

11.10.Encerrada a Fase de Habilitação e observados os ditames deste instrumento, a Comissão procederá então à abertura dos envelopes Proposta de Preços dos proponentes declarados habilitados, rubricará o seu conteúdo e facultará o exame da documentação neles contidas a todos os participantes, os quais poderão efetuar impugnações, devidamente consignadas na Ata de reunião, quando for o caso.

11.11.A Comissão examinará os elementos apresentados, as observações eventualmente apontadas, declarando, em seguida, vencedor o licitante que, atendidas as exigências e considerados os critérios definidos neste instrumento, apresentar proposta mais vantajosa para o ORC.

11.12.Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas todas as ocorrências e que, ao final, será assinada pela Comissão e licitantes presentes.

11.13.Em decorrência da Lei Complementar 123/06, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, observando-se o seguinte procedimento:

11.13.1.As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de Habilitação e integrantes do envelope Documentação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

11.13.2.Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério do ORC, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

11.13.3.A não-regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81, da Lei 8.666/93, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.14.Os documentos apresentados pelos licitantes no Credenciamento e os elementos constantes dos envelopes Documentação e Proposta de Preços que forem abertos, serão retidos pela Comissão e anexados aos autos do processo. No mesmo contexto, o envelope Proposta de Preços, ainda lacrado, do licitante inabilitado que não for retirado por seu representante legal no prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos da data de homologação do presente certame, será sumariamente destruído.

12.0.DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

12.1.Havendo proposta com **preço unitário para qualquer um dos serviços indicados na respectiva planilha**, superior ao estimado pelo ORC que está devidamente detalhado na competente planilha dos serviços a serem executados, constante do instrumento convocatório; ou com valor para o respectivo item relacionado no Anexo I - Termo de Referência - Especificações, na coluna código, manifestamente inexequível nos termos do Art. 48, II, §1º e §2º, da Lei 8.666/93; o mesmo será desconsiderado. Esta ocorrência não desclassifica automaticamente a proposta, quando for o caso, apenas o item correspondente.

12.2.O valor estimado que o ORC se propõe a pagar pelo objeto ora licitado - Valor de Referência, que representa o total dos preços relacionados na competente planilha dos serviços a serem executados, está informado no respectivo elemento deste instrumento - ANEXO I.

13.0.DOS RECURSOS

13.1.Dos atos decorrentes deste procedimento licitatório, caberão recursos nos termos do Art. 109 da Lei Federal n.º 8.666/93.

13.2.O recurso será dirigido à autoridade superior do ORC, por intermédio da Comissão, devendo ser protocolizado o original, nos horários normais de expediente das 08:00 as 12:00 horas, exclusivamente no seguinte endereço: Rua: Duque de Caxias, SN - Centro - Nova Olinda - PB.

14.0.DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

14.1. Concluído o julgamento das propostas apresentadas, a Comissão emitirá relatório conclusivo dos trabalhos desenvolvidos no certame, remetendo-o a autoridade superior do ORC, juntamente com os elementos constitutivos do processo, necessários à Homologação e Adjudicação da respectiva licitação, quando for o caso.

14.2. A autoridade superior poderá, no entanto, tendo em vista sempre a defesa dos interesses do ORC, discordar e deixar de homologar, total ou parcialmente, o resultado apresentado pela Comissão, revogar ou considerar nula a Licitação, desde que apresente a devida fundamentação exigida pela legislação vigente, resguardados os direitos dos licitantes.

15.0.DO CONTRATO

15.1. Após a homologação pela Autoridade Superior do ORC, o licitante vencedor será notificado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, assinar o respectivo contrato, quando for o caso, elaborado em conformidade com as modalidades permitidas pela Lei Federal n.º 8.666/93, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela referida norma.

15.2. Não atendendo à convocação para assinar o contrato, e ocorrendo esta dentro do prazo de validade de sua proposta, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.

15.3. É permitido ao ORC, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinatura do contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições do licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, ou revogar a presente licitação.

15.4. O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Arts. 77, 78 e 79, todos da Lei 8.666/93; e executado sob o regime de empreitada por preço global.

15.5. O Contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para seus acréscimos.

16.0.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93: a - advertência; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; f - simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93.

16.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

16.3. Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, realizar-se-á comunicação escrita ao Contratado, e publicado na imprensa oficial, excluídas as penalidades de advertência e multa de mora quando for o caso, constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

17.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

17.1. A comprovação de execução pelo ORC do objeto licitado, observadas suas características, se fará mediante recibo ou equivalente emitido por funcionário ou comissão específica devidamente designados, após a verificação da quantidade, qualidade e outros aspectos inerentes nos termos deste instrumento, das normas técnicas e legislação pertinentes, e consequente aceitação.

18.0.DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

18.2. O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

18.3. Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

19.0.DO REAJUSTAMENTO

19.1. Os preços contratados são fixos pelo período de um ano, exceto para os casos previstos no Art. 65, §§ 5º e 6º, da Lei 8.666/93.

19.2. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 65, Inciso II, Alínea d, da Lei 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

20.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1.Não será devida aos proponentes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao certame, qualquer tipo de indenização.

20.2.Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

20.3.A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20.4.Caso as datas previstas para a realização dos eventos da presente licitação sejam declaradas feriado, e não havendo ratificação da convocação, ficam transferidos automaticamente para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora anteriormente previstos.

20.5.Ocorrendo a supressão de serviços, se o Contratado já houver adquirido os materiais e postos no local de trabalho, os mesmos deverão ser pagos pelo ORC, pelo preço de aquisição regularmente comprovado, desde que sejam de boa qualidade e aceitos pela fiscalização.

20.6.Os preços unitários para a realização de novos serviços surgidos durante a execução do contrato, serão propostos pelo Contratado e submetidos à apreciação do ORC. A execução dos serviços não previstos será regulada pelas condições e cláusulas do contrato original.

20.7.O ORC por conveniência administrativa ou técnica, se reserva no direito de paralisar a qualquer tempo a execução dos serviços, cientificando devidamente o Contratado.

20.8.Decairá do direito de impugnar perante o ORC nos termos do presente instrumento, aquele que, tendo-o aceitado sem objeção, venha a apresentar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaram hipótese em que tal comunicado não terá efeito de recurso.

20.9.Nos valores apresentados pelos licitantes, já deverão estar incluídos os custos com aquisição de material, mão-de-obra utilizada, impostos, encargos, fretes e outros que venham a incidir sobre os respectivos preços.

20.10.Este instrumento convocatório e todos os seus elementos constitutivos, estão disponibilizados em meio magnético, podendo ser obtidos junto a Comissão, observados os procedimentos definidos pelo ORC.

20.11.As dúvidas surgidas após a apresentação das propostas e os casos omissos neste instrumento, ficarão única e exclusivamente sujeitos a interpretação da Comissão, sendo facultada a mesma ou a autoridade superior do ORC, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

20.12.Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Comarca de Santana dos Garrotes-pb.

Nova Olinda - PB, 13 de Dezembro de 2019.

PEDRO CABRAL CAZÉ
Presidente da Comissão



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO I - TOMADA DE PREÇOS Nº 00004/2019

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto desta licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO NAS RUAS: JOSÉ GONZAGA, JOSÉ LOURENÇO FILHO e MARIA NERI TEOTONIO, VIAS PÚBLICAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA-PB, CONVÊNIO/CR Nº 868959/2018/MCIDADES/CAIXA.

2.0.JUSTIFICATIVA

2.1.Considerando as necessidades do ORC, tem o presente termo a finalidade de definir, técnica e adequadamente, os procedimentos necessários para viabilizar a contratação em tela. As características e especificações do objeto ora licitado são:

| CÓDIGO | DISCRIMINAÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | P.UNITÁRIO | P. TOTAL |
|--------|---|---------|------------|--------------|-------------------|
| 1 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO NAS RUAS: JOSÉ GONZAGA, JOSÉ LOURENÇO FILHO e MARIA NERI TEOTONIO, VIAS PÚBLICAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA-PB, CONVÊNIO/CR Nº 868959/2018/MCIDADES/CAIXA, CONFORME PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PROJETOS EM ANEXO | UND | 1 | 226.271,10 | 226.271,10 |
| | | | | Total | 226.271,10 |

3.0.OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

3.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

3.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados após o recebimento e/ou pagamento.

3.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

3.4.Manter, durante a vigência do contrato ou instrumentos equivalente, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, se for o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

3.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

3.6.Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

4.0.DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

4.1.Havendo proposta com valor global superior ao estimado pelo ORC ou manifestamente inexequível nos termos do Art. 48, II, §1º e §2º, da Lei 8.666/93, o mesmo será desconsiderado. Esta ocorrência não desclassifica automaticamente a proposta, quando for o caso, apenas o item correspondente, relacionado neste anexo.

4.2.O valor estimado que o ORC se propõe a pagar pelo objeto ora licitado - Valor de Referência -, está acima indicado.

5.0.MODELO DA PROPOSTA

5.1.É parte integrante deste Termo de Referência o modelo de proposta de preços correspondente, podendo o licitante apresentar a sua proposta no próprio modelo fornecido, desde que seja devidamente preenchido, conforme faculta o instrumento convocatório - Anexo 01.

ANTONIO DE SOUSA NETO
SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

TOMADA DE PREÇOS Nº 00004/2019

PROPOSTA

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 00004/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO NAS RUAS: JOSÉ GONZAGA, JOSÉ LOURENÇO FILHO e MARIA NERI TEOTONIO, VIAS PÚBLICAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA-PB, CONVÊNIO/CR Nº 868959/2018/MCIDADES/CAIXA.

PROPONENTE:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

| CÓDIGO | DISCRIMINAÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | P.UNITÁRIO | P.TOTAL |
|--------|--|---------|------------|------------|---------|
| 1 | CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO NAS RUAS: JOSÉ GONZAGA, JOSÉ LOURENÇO FILHO e MARIA NERI TEOTONIO, VIAS PÚBLICAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA-PB, CONVÊNIO/CR Nº 868959/2018/MCIDADES/CAIXA, CONFORME PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PROJETOS EM ANEXO | UND | 1 | | |

VALOR TOTAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO - Item 5.0:

PAGAMENTO - Item 18.0:

VALIDADE DA PROPOSTA - Item 9.0:

CNPJ

_____ / _____ de _____ de _____

Responsável



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO II - TOMADA DE PREÇOS Nº 00004/2019

MODELOS DE DECLARAÇÕES

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 00004/2019
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF - Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93.

O proponente acima qualificado, sob penas da Lei e em acatamento ao disposto no Art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal, Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, declara não possuir em seu quadro de pessoal, funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho; podendo existir menores de quatorze anos na condição de aprendiz na forma da legislação vigente.

2.0 - DECLARAÇÃO de superveniência de fato impeditivo no que diz respeito a participação na licitação.

Conforme exigência contida na Lei 8.666/93, Art. 32, §2º, o proponente acima qualificado, declara não haver, até a presente data, fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, não se encontrando em concordata ou estado falimentar, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores. Ressalta, ainda, não estar sofrendo penalidade de declaração de idoneidade no âmbito da administração Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, arcando civil e criminalmente pela presente afirmação.

3.0 - DECLARAÇÃO de submeter-se a todas as cláusulas e condições do correspondente instrumento convocatório.

O proponente acima qualificado declara ter conhecimento e aceitar todas as cláusulas do respectivo instrumento convocatório e submeter-se as condições nele estipuladas.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO:
AS DECLARAÇÕES DEVERÃO SER ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, QUANDO FOR O CASO.

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 00004/2019
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA

PROPONENTE:
CNPJ:

4.0 - DECLARAÇÃO de elaboração independente de proposta.

(identificação completa do representante do licitante), como representante devidamente constituído de (identificação completa do licitante ou do consórcio), doravante denominado (licitante/consórcio), para fins do disposto no item 7.5.1. do Edital da Tomada de Preços nº 00004/2019, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar da Tomada de Preços nº 00004/2019 foi elaborada de maneira independente pelo licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços nº 00004/2019, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da Tomada de Preços nº 00004/2019 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços nº 00004/2019, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços nº 00004/2019 quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Tomada de Preços nº 00004/2019 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços nº 00004/2019 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participação da Tomada de Preços nº 00004/2019 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Nova Olinda antes da abertura oficial das propostas; e

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente

OBSERVAÇÃO:
AS DECLARAÇÕES DEVERÃO SER ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, QUANDO FOR O CASO.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO III - TOMADA DE PREÇOS Nº 00004/2019

MODELOS DO TERMO DE RENÚNCIA

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 00004/2019
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - TERMO DE RENÚNCIA ao recurso conforme previsto no Art. 43, Inciso III, da Lei 8.666/93.

O proponente acima qualificado, declara, na forma do disposto no Art. 43, III, da Lei 8.666/93, aceitar o resultado divulgado pela Comissão, que analisou a documentação preliminar do processo em epigrafe, efetuada nos termos do respectivo instrumento convocatório, desistindo, assim, expressamente de qualquer interposição de recurso previsto na legislação vigente, bem com ao prazo correspondente e concordando, portanto, com o prosseguimento do certame. Declara ainda que, em havendo a ocorrência de qualquer igualdade de valores entre sua proposta e a dos demais licitantes e após observado o disposto no Art. 3º, § 2º, da Lei 8.666/93, fica autorizado a realização do sorteio para definição da respectiva classificação, não sendo necessário a sua convocação para o correspondente ato público, conforme previsto no Art. 44, § 2º, do referido diploma legal.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO:
O TERMO DE RENÚNCIA DEVERÁ SER ELABORADO EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, QUANDO FOR O CASO.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO IV - TOMADA DE PREÇOS Nº 00004/2019

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº:-CPL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA E, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Nova Olinda - Rua: Duque de Caxias, SN - Centro - Nova Olinda - PB, CNPJ nº 08.889.297/0001-08, neste ato representada pelo Prefeito Diogo Richelli Rosas, Brasileiro, Solteiro, residente e domiciliado na Travessa Tiradentes, .SN - Centro - Nova Olinda - PB, CPF nº 105.929.614-43, Carteira de Identidade nº 4.012.168 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - -, CNPJ nº, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - - -, CPF nº, Carteira de Identidade nº, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO:

Este contrato decorre da licitação modalidade Tomada de Preços nº 00004/2019, processada nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO:

O presente contrato tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO NAS RUAS: JOSÉ GONZAGA, JOSÉ LOURENÇO FILHO e MARIA NERI TEOTONIO, VIAS PÚBLICAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA-PB, CONVÊNIO/CR Nº 868959/2018/MCIDADES/CAIXA.

Os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas, Tomada de Preços nº 00004/2019 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).

Os preços a serem aplicados para execução dos serviços referidos neste contrato serão os constantes na proposta apresentada, que é parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO:

Os preços contratados são fixos pelo período de um ano, exceto para os casos previstos no Art. 65, §§ 5º e 6º, da Lei 8.666/93.

Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 65, Inciso II, Alínea d, da Lei 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos:

CONVÊNIO/CR Nº 868959/2018/MCIDADES/CAIXA

OPERAÇÃO CR 1054566-14/2018

UNIDADE GESTORA 175004, GESTÃO 0001

NATUREZA DA DESPESA: 444042

ORDINÁRIOS

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado na Tesouraria do Contratante, mediante processo regular, da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS:

Os prazos para início e conclusão do objeto ora contratado, que admite prorrogação nos casos previstos pela Lei 8.666/93, estão abaixo indicados e serão considerados a partir da emissão da Ordem de Serviço:

Início: Imediato

Conclusão: 3 (três) meses

Vigência 30/09/2023 do Contrato de Repasse/Convênio N° 868959/2018/MCIDADES/CAIXA

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo a execução dos serviços efetivamente realizados, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução dos serviços contratados;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais.

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

a - Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução de contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou sub-contratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS:

A execução dos serviços não previstos será regulada pelas mesmas condições e cláusulas do contrato original.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PARALISAÇÃO:

O Contratante por conveniência administrativa ou técnica, se reserva no direito de paralisar, a qualquer tempo, a execução dos serviços, cientificando devidamente o Contratado de tal decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO:

Este contrato poderá ser alterado, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Arts. 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93.

O Contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para seus acréscimos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES:

A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93: a - advertência; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; f - simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ACRÉCIMOS OU SUPRESSÕES DE SERVIÇOS:

O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, conforme os percentuais estabelecidos no Art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Para o recebimento definitivo dos serviços concluídos, o Contratante nomeará uma Comissão, de no mínimo 02 (dois) técnicos, que visitará as obras e emitirá o termo de Recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santana dos Garrotes-pb.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Nova Olinda - PB, ... de de

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

.....

PELO CONTRATADO

.....



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA

| | | | |
|---|-----------------------|------------|-------------------|
| Obra: | FINANCIAMENTO: | R\$ | 222.857,14 |
| Implantação de pavimentação em vias públicas urbanas no município de Nova Olinda - PB | VALOR TOTAL: | R\$ | 226.271,10 |
| Contrato: | CONTRAPARTIDA: | R\$ | 3.413,96 |

1054566-14

DATA BASE: JUNHO DE 2018 (SINAPI/ CAIXA REFERENCIAL)

ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS =86,95% (HORA)

BDI 26,75%

ORÇAMENTO

| ITEM | DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS | UNID. | QUANT. | P. UNIT. SEM BDI | P. UNIT. COM BDI | TOTAL | FONTE DOS P.UNIT. | CÓDIGOS |
|--------------------------------|--|-------|----------|---------------------|---------------------|----------------------|----------------------|---------------|
| RUA JOSÉ GONZAGA | | | | | | | | |
| 1.0 | SERVIÇOS PRELIMINARES | | | | | R\$ 4.353,62 | | |
| 1.1 | Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide | M² | 1.113,60 | 0,27 | 0,34 | R\$ 378,62 | SINAPI | 78472 |
| 1.2 | Placa de obra em chapa de aço galvanizado | M² | 10,00 | 313,61 | 397,50 | R\$ 3.975,00 | SINAPI | 74209/001 |
| 2.0 | MOVIMENTO DE TERRA | | | | | R\$ 612,48 | | |
| 2.1 | Regularização de superfícies em terra com motoniveladora | M² | 1.113,60 | 0,43 | 0,55 | R\$ 612,48 | SINAPI | 79472 |
| 3.0 | PAVIMENTAÇÃO | | | | | R\$ 68.017,99 | | |
| 3.1 | Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para vias urbanas (uso viário). | M | 348,00 | 31,71 | 40,19 | R\$ 13.986,12 | SINAPI | 94273 |
| 3.2 | REVESTIMENTO EM PARALELEPIPEDO INC.COLCHAO AREIA | M² | 1.113,60 | 38,28 | 48,52 | R\$ 54.031,87 | DER-PB | 02.702.00 |
| 4.0 | DIVERSOS | | | | | R\$ 26.130,44 | | |
| 4.1 | Caição int ou ext sobre revestimento liso c/adoção de fixador com duas demãos | M² | 87,00 | 2,41 | 3,05 | R\$ 265,35 | SINAPI | 83693 |
| 4.2 | Piso em concreto 20mpa preparo mecânico, espessura 7cm, incluso juntas de dilatação em madeira | M² | 371,52 | 38,76 | 49,13 | R\$ 18.252,78 | SINAPI | 68333 |
| 4.3 | Rampas de acesso (NBR 9050/04) | UND | 4,00 | 407,46 | 516,46 | R\$ 2.065,84 | C.P.U | C.P.U |
| 4.4 | Placa esmaltada para identificação nr de Rua, dimensões 45x25cm | UND | 2,00 | 84,69 | 107,34 | R\$ 214,68 | SINAPI | 73916/002 |
| 4.5 | Placa de sinalizacao vertical | M2 | 0,59 | 142,98 | 181,23 | R\$ 106,93 | SICRO2 DNIT NOV/2016 | 1 A 01 850 01 |
| 4.6 | Confeção de suporte e travessa p/ placa de sinal | UND | 1,00 | 78,95 | 100,07 | R\$ 100,07 | SICRO2 DNIT NOV/2016 | 1 A 01 870 01 |
| 4.7 | Piso podotátil em placa cimentícia, assentado com argamassa em rampa do passeio público | M² | 63,52 | 63,65 | 80,68 | R\$ 5.124,79 | C.P.U | C.P.U |
| TOTAL GERAL DA RUA | | | | | | R\$ 99.114,53 | | |
| RUA MARIA NERI TEOTONIO | | | | | | | | |
| 1.0 | SERVIÇOS PRELIMINARES | | | | | R\$ 366,38 | | |
| 1.1 | Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide | M² | 1.077,60 | 0,27 | 0,34 | R\$ 366,38 | SINAPI | 78472 |
| 2.0 | MOVIMENTO DE TERRA | | | | | R\$ 592,68 | | |
| 2.1 | Regularização de superfícies em terra com motoniveladora | M² | 1.077,60 | 0,43 | 0,55 | R\$ 592,68 | SINAPI | 79472 |
| 3.0 | PAVIMENTAÇÃO | | | | | R\$ 66.520,45 | | |
| 3.1 | Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para vias urbanas (uso viário). | M | 354,20 | 31,71 | 40,19 | R\$ 14.235,30 | SINAPI | 94273 |
| 3.2 | REVESTIMENTO EM PARALELEPIPEDO INC.COLCHAO AREIA | M² | 1.077,60 | 38,28 | 48,52 | R\$ 52.285,15 | DER-PB | 02.702.00 |
| 4.0 | DIVERSOS | | | | | R\$ 25.140,64 | | |
| 4.1 | Caição int ou ext sobre revestimento liso c/adoção de fixador com duas demãos | M² | 88,55 | 2,41 | 3,05 | R\$ 270,08 | SINAPI | 83693 |
| 4.2 | Piso em concreto 20mpa preparo mecânico, espessura 7cm, incluso juntas de dilatação em madeira | M² | 335,78 | 38,76 | 49,13 | R\$ 16.496,87 | SINAPI | 68333 |
| 4.3 | Rampas de acesso (NBR 9050/04) | UND | 6,00 | 407,46 | 516,46 | R\$ 3.098,76 | C.P.U | C.P.U |
| 4.4 | Placa esmaltada para identificação nr de Rua, dimensões 45x25cm | UND | 2,00 | 84,69 | 107,34 | R\$ 214,68 | SINAPI | 73916/002 |
| 4.5 | Placa de sinalizacao vertical | M² | - | 142,98 | 181,23 | R\$ - | SICRO2 DNIT NOV/2016 | 1 A 01 850 01 |



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA

| | | | |
|---|-----------------------|------------|-------------------|
| Obra: | FINANCIAMENTO: | R\$ | 222.857,14 |
| Implantação de pavimentação em vias públicas urbanas no município de Nova Olinda - PB | VALOR TOTAL: | R\$ | 226.271,10 |
| Contrato: | CONTRAPARTIDA: | R\$ | 3.413,96 |

1054566-14

DATA BASE: JUNHO DE 2018 (SINAPI/ CAIXA REFERENCIAL)

ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS =86,95% (HORA)

BDI 26,75%

ORÇAMENTO

| ITEM | DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS | UNID. | QUANT. | P. UNIT. SEM BDI | P. UNIT. COM BDI | TOTAL | FONTE DOS P.UNIT. | CÓDIGOS |
|--------------------------------|--|-------|----------|---------------------|---------------------|--------------------------------|-------------------------|---------------|
| 4.6 | Confecção de suporte e travessa p/ placa de sinal | UND | - | 78,95 | 100,07 | R\$ - | SICRO2 DNIT NOV/2016 | 1 A 01 870 01 |
| 4.7 | Piso podotátil em placa cimentícia, assentado com argamassa em rampa do passeio público | M² | 62,72 | 63,65 | 80,68 | R\$ 5.060,25 | C.P.U | C.P.U |
| TOTAL GERAL DA RUA | | | | | | R\$ 92.620,15 | | |
| RUA JOSÉ LOURENÇO FILHO | | | | | | | | |
| 1.0 | SERVIÇOS PRELIMINARES | | | | | SUBTOTAL R\$ 127,21 | | |
| 1.1 | Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide | M² | 374,14 | 0,27 | 0,34 | R\$ 127,21 | SINAPI | 78472 |
| 2.0 | MOVIMENTO DE TERRA | | | | | SUBTOTAL R\$ 205,78 | | |
| 2.1 | Regularização de superfícies em terra com motoniveladora | M² | 374,14 | 0,43 | 0,55 | R\$ 205,78 | SINAPI | 79472 |
| 3.0 | PAVIMENTAÇÃO | | | | | SUBTOTAL R\$ 23.936,61 | | |
| 3.1 | Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para vias urbanas (uso viário). | M | 143,90 | 31,71 | 40,19 | R\$ 5.783,34 | SINAPI | 94273 |
| 3.2 | REVESTIMENTO EM PARALELEPIPEDO INC.COLCHAO AREIA | M² | 374,14 | 38,28 | 48,52 | R\$ 18.153,27 | DER-PB | 02.702.00 |
| 4.0 | DIVERSOS | | | | | SUBTOTAL R\$ 10.266,82 | | |
| 4.1 | Caiçação int ou ext sobre revestimento liso c/adoção de fixador com duas demãos | M² | 35,98 | 2,41 | 3,05 | R\$ 109,74 | SINAPI | 83693 |
| 4.2 | Piso em concreto 20mpa preparo mecânico, espessura 7cm, incluso juntas de dilatação em madeira | M² | 118,83 | 38,76 | 49,13 | R\$ 5.838,12 | SINAPI | 68333 |
| 4.3 | Rampas de acesso (NBR 9050/04) | UND | 4,00 | 407,46 | 516,46 | R\$ 2.065,84 | C.P.U | C.P.U |
| 4.4 | Placa esmaltada para identificação nr de Rua, dimensões 45x25cm | UND | 2,00 | 84,69 | 107,34 | R\$ 214,68 | SINAPI | 73916/002 |
| 4.5 | Placa de sinalizacao vertical | M² | 0,59 | 142,98 | 181,23 | R\$ 106,93 | SICRO2 DNIT NOV/2016 | 1 A 01 850 01 |
| 4.6 | Confecção de suporte e travessa p/ placa de sinal | UND | 1,00 | 78,95 | 100,07 | R\$ 100,07 | SICRO2 DNIT NOV/2016 | 1 A 01 870 01 |
| 4.7 | Piso podotátil em placa cimentícia, assentado com argamassa em rampa do passeio público | M² | 22,70 | 63,65 | 80,68 | R\$ 1.831,44 | C.P.U | C.P.U |
| TOTAL GERAL DA RUA | | | | | | R\$ 34.536,42 | | |
| ORÇAMENTO GLOBAL | | | | | | | | |
| 1.0 | SERVIÇOS PRELIMINARES | | | | | SUBTOTAL R\$ 4.847,22 | | |
| 1.1 | Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide | M² | 2.565,34 | 0,27 | 0,34 | R\$ 872,22 | SINAPI | 78472 |
| 1.2 | Placa de obra em chapa de aço galvanizado | M² | 10,00 | 313,61 | 397,50 | R\$ 3.975,00 | SINAPI | 74209/001 |
| 2.0 | MOVIMENTO DE TERRA | | | | | SUBTOTAL R\$ 1.410,94 | | |
| 2.1 | Regularização de superfícies em terra com motoniveladora | M² | 2.565,34 | 0,43 | 0,55 | R\$ 1.410,94 | SINAPI | 79472 |
| 3.0 | PAVIMENTAÇÃO | | | | | SUBTOTAL R\$ 158.475,05 | | |
| 3.1 | Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura). | M | 846,10 | 31,71 | 40,19 | R\$ 34.004,76 | SINAPI | 94273 |
| 3.2 | REVESTIMENTO EM PARALELEPIPEDO INC.COLCHAO AREIA | M² | 2.565,34 | 38,28 | 48,52 | R\$ 124.470,29 | DER-PB | 02.702.00 |



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA

| | | | |
|---|-----------------------|------------|-------------------|
| Obra: | FINANCIAMENTO: | R\$ | 222.857,14 |
| Implantação de pavimentação em vias públicas urbanas no município de Nova Olinda - PB | VALOR TOTAL: | R\$ | 226.271,10 |
| Contrato: | CONTRAPARTIDA: | R\$ | 3.413,96 |

1054566-14

DATA BASE: JUNHO DE 2018 (SINAPI/ CAIXA REFERENCIAL)

ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS =86,95% (HORA)

BDI **26,75%**

ORÇAMENTO

| ITEM | DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS | UNID. | QUANT. | P. UNIT. SEM BDI | P. UNIT. COM BDI | TOTAL | FONTE DOS P.UNIT. | CÓDIGOS |
|---------------------------|--|----------------|--------|---------------------|---------------------|-------------------------------|-------------------------|---------------|
| 4.0 | DIVERSOS | | | | | SUBTOTAL R\$ 61.537,89 | | |
| 4.1 | Caiçação int ou ext sobre revestimento liso c/adoção de fixador com duas demãos | M ² | 211,53 | 2,41 | 3,05 | R\$ 645,17 | SINAPI | 83693 |
| 4.2 | Piso em concreto 20mpa preparo mecânico, espessura 7cm, incluso juntas de dilatação em madeira | M ² | 826,13 | 38,76 | 49,13 | R\$ 40.587,77 | SINAPI | 68333 |
| 4.3 | Rampas de acesso (NBR 9050/04) | UND | 14,00 | 407,46 | 516,46 | R\$ 7.230,44 | C.P.U | C.P.U |
| 4.4 | Placa esmaltada para identificação nr de Rua, dimensões 45x25cm | UND | 6,00 | 84,69 | 107,34 | R\$ 644,04 | SINAPI | 73916/002 |
| 4.5 | Placa de sinalizacao vertical | M ² | 1,18 | 142,98 | 181,23 | R\$ 213,85 | SICRO2 DNIT NOV/2016 | 1 A 01 850 01 |
| 4.6 | Confecção de suporte e travessa p/ placa de sinal | UND | 2,00 | 78,95 | 100,07 | R\$ 200,14 | SICRO2 DNIT NOV/2016 | 1 A 01 870 01 |
| 4.7 | Piso podotátil em placa cimentícia, assentado com argamassa em rampa do passeio público | M ² | 148,94 | 63,65 | 80,68 | R\$ 12.016,48 | C.P.U | C.P.U |
| TOTAL GERAL DA RUA | | | | | | R\$ 226.271,10 | | |

Havendo divergências entre Planilha Orçamentária, Especificações e/ou Memorial Descritivo e demais Projetos Gráficos, prevalecerá a Planilha Orçamentária.

DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA- PB.

TABELA DE CÁLCULO DE CONTRIBUIÇÃO

| Coluna und. | Nome da rua | Trecho | Cotas do Terreno | | Dif. de cotas | Extensão do trecho (L) | Declivida de (I) | Largura da rua (L) | Capacidade de da rua (Q) | Cotas de distâncias máximas | | Dif. de cotas | Distância Máxima | Decliv. Máxima (Im) | Tempo de Concent. (Tc) | Intens. (i) | Coef. de escoamento (C) | Área de contribuição (A) | Vazão no trecho (Q) | Vazão a captar (Q) |
|-------------|-------------------------|---------------|------------------|---------|---------------|------------------------|------------------|--------------------|--------------------------|-----------------------------|---------|---------------|------------------|---------------------|------------------------|-------------|-------------------------|--------------------------|---------------------|--------------------|
| | | | montante | Jusante | | | | | | montante | Jusante | | | | | | | | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| | | | m | m | m | m | m/m | m | l/s | m | m | m | m | m/m | min | mm/h | - | ha | l/s | l/s |
| Cálculo | RUA JOSÉ GONZAGA | E0 a E4 | 320,42 | 319,51 | 0,91 | 80,00 | 0,0114 | 6,40 | 402 | 320,42 | 319,51 | 0,909 | 80,00 | 0,0114 | 11,21 | 114,62 | 0,50 | 0,40 | 63,67648 | -338,324 |
| | | E4 a E8+14,00 | 320,42 | 319,24 | 1,18 | 94,00 | 0,0126 | 6,40 | 402 | 320,42 | 319,24 | 1,18 | 94,00 | 0,0126 | 11,42 | 114,07 | 0,50 | 0,31 | 49,11542 | -352,885 |
| Cálculo | RUA MARIA NERI TEOTONIO | E0 a E4 | 312,39 | 312,06 | 0,33 | 80,00 | 0,0041 | 6,00 | 171 | 312,39 | 312,06 | 0,332 | 80,00 | 0,0041 | 11,26 | 114,48 | 0,50 | 0,19 | 30,2116 | -140,788 |
| | | E4 a E8+19,60 | 312,39 | 311,91 | 0,48 | 99,60 | 0,0048 | 6,00 | 171 | 312,39 | 311,91 | 0,479 | 99,60 | 0,0048 | 11,56 | 113,7 | 0,50 | 0,19 | 30,00432 | -140,996 |
| Cálculo | RUA JOSÉ LOURENÇO FILHO | E0 a E3+11,95 | 318,44 | 318,09 | 0,35 | 71,95 | 0,0049 | 5,20 | 171 | 318,44 | 318,09 | 0,349 | 71,95 | 0,0049 | 11,13 | 114,84 | 0,50 | 0,13 | 20,73513 | -150,265 |



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA

| | | | |
|-------------------|---|------------------|-------------------------|
| OBRA: | Implantação de pavimentação em vias públicas urbanas no município de Nova Olinda - PB | | |
| MUNICÍPIO: | Nova Olinda - PB. | CONTRATO: | 1054566-14 |
| LOCAL: | Diversas Ruas | DATA: | 04 DE FEVEREIRO DE 2019 |

MEMÓRIA DE CÁLCULO

| ÍTEM | DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS | UND | CÁLCULO | QTD. |
|----------------------------------|--|----------------|--|---------|
| RUA JOSÉ GONZAGA | | | | |
| 1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES | | | | |
| 1.1 | Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide | M ² | Est.0 a Est.8+14,00 A=(174*6,40) A=(1113,60) | 1113,60 |
| 1.2 | Placa de obra em chapa de aço galvanizado | M ² | A=(2,50*4,00) | 10,00 |
| 2.0 MOVIMENTO DE TERRA | | | | |
| 2.1 | Regularização de superfícies em terra com motoniveladora | M ² | Est.0 a Est.8+14,00 A=(174*6,40) A=(1113,60) | 1113,60 |
| 3.0 PAVIMENTAÇÃO | | | | |
| 3.1 | Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para vias urbanas (uso viário). | M | Comprimento Meio fio C=(174*2) C=(348) | 348,00 |
| 3.2 | REVESTIMENTO EM PARALELEPIPEDO INC.COLCHAO AREIA | M ² | Est.0 a Est.8+14,00 A=(174*6,40) A=(1113,60) | 1113,60 |
| 4.0 DIVERSOS | | | | |
| 4.1 | Caição int ou ext sobre revestimento liso c/adoção de fixador com duas demãos | M ² | A=((348)*0,25) | 87,00 |
| 4.2 | Piso em concreto 20mpa preparo mecânico, espessura 7cm, incluso juntas de dilatação em madeira | M ² | Obs: Já está sendo descontada a largura (15 cm) do meio-fio da Calçada Fórmula => (comprimento x 2-abertura de ruas)*largura de calçada - (Área de Rampa)*Qtde -(Área de calçada existente) A=((348)*1,35)-(9,315*4)-(61,02) | 371,52 |
| 4.3 | Rampas de acesso (NBR 9050/04) | UND | QUANTIDADE RAMPAS =4,00 | 4,00 |
| 4.4 | Placa esmaltada para identificação nr de Rua, dimensões 45x25cm | UND | QUANTIDADE PLACAS RUAS =2,00 | 2,00 |
| 4.5 | Placa de sinalizacao vertical | M2 | A =(8*0,35*0,42/2)*1 | 0,59 |
| 4.6 | Confecção de suporte e travessa p/ placa de sinal | UND | QUANTIDADE =1,00 | 1,00 |



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA

| | | | |
|-------------------|---|------------------|-------------------------|
| OBRA: | Implantação de pavimentação em vias públicas urbanas no município de Nova Olinda - PB | | |
| MUNICÍPIO: | Nova Olinda - PB. | CONTRATO: | 1054566-14 |
| LOCAL: | Diversas Ruas | DATA: | 04 DE FEVEREIRO DE 2019 |

MEMÓRIA DE CÁLCULO

| ÍTEM | DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS | UND | CÁLCULO | QTD. |
|----------------------------------|--|----------------|---|----------------|
| 4.7 | Piso podotátil em placa cimentícia, assentado com argamassa em rampa do passeio público | M ² | $A = (((348) - (7,60 * 4)) * 0,20)$ | 63,52 |
| RUA MARIA NERI TEOTONIO | | | | |
| 1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES | | | | |
| 1.1 | Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide | M ² | Est.0 a Est.8+19,60 $A = (\text{Comprimento} * \text{Largura da Rua})$ $A = (179,60 * 6,00)$ | 1077,60 |
| 2.0 MOVIMENTO DE TERRA | | | | |
| 2.1 | Regularização de superfícies em terra com motoniveladora | M ² | Est.0 a Est.8+19,60 $A = (\text{Comprimento} * \text{Largura da Rua})$ $A = (179,60 * 6,00)$ | 1077,60 |
| 3.0 PAVIMENTAÇÃO | | | | |
| 3.1 | Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para vias urbanas (uso viário). | M | Comprimento Meio fio $C = (\text{Comprimento} * 2)$ $C = (179,60 * 2) - (5,00)$ | 354,20 |
| 3.2 | REVESTIMENTO EM PARALELEPIPEDO INC.COLCHAO AREIA | M ² | Est.0 a Est.8+19,60 $A = (\text{Comprimento} * \text{Largura da Rua})$ $A = (179,60 * 6,00)$ | 1077,60 |
| 4.0 DIVERSOS | | | | |
| 4.1 | Caiação int ou ext sobre revestimento liso c/adoção de fixador com duas demãos | M ² | $A = (354,20 * 0,25)$ | 88,55 |
| 4.2 | Piso em concreto 20mpa preparo mecânico, espessura 7cm, incluso juntas de dilatação em madeira | M ² | Obs: Já está sendo descontada a largura (15 cm) do meio-fio da Calçada Fórmula => $(\text{Comprimento} * 2 - \text{Abertura de ruas}) * \text{Largura da calçada} - (\text{Área de Rampa}) * \text{Qtde} - (\text{Área de calçada existente})$ $A = (((354,20) * 1,35) - (9,315 * 6) - (86,50))$ | 335,78 |
| 4.3 | Rampas de acesso (NBR 9050/04) | UND | QUANTIDADE RAMPAS =6,00 | 6,00 |
| 4.4 | Placa esmaltada para identificação nr de Rua, dimensões 45x25cm | UND | QUANTIDADE PLACAS RUAS =2,00 | 2,00 |
| 4.5 | Placa de sinalizacao vertical | M2 | $A = (8 * 0,35 * 0,42 / 2) * 0$ | 0,00 |
| 4.6 | Confecção de suporte e travessa p/ placa de sinal | UND | QUANTIDADE =0,00 | 0,00 |



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA

| | | | |
|-------------------|---|------------------|-------------------------|
| OBRA: | Implantação de pavimentação em vias públicas urbanas no município de Nova Olinda - PB | | |
| MUNICÍPIO: | Nova Olinda - PB. | CONTRATO: | 1054566-14 |
| LOCAL: | Diversas Ruas | DATA: | 04 DE FEVEREIRO DE 2019 |

MEMÓRIA DE CÁLCULO

| ÍTEM | DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS | UND | CÁLCULO | QTD. |
|--------------------------------|--|----------------|--|---------------|
| 4.7 | Piso podotátil em placa cimentícia, assentado com argamassa em rampa do passeio público | M ² | $A = (((179,60 * 2) - (7,60 * 6)) * 0,20)$ | 62,72 |
| RUA JOSÉ LOURENÇO FILHO | | | | |
| 1.0 | SERVIÇOS PRELIMINARES | | | |
| 1.1 | Serviços topográficos para pavimentação, inclusive nota de serviços, acompanhamento e greide | M ² | Est.0 a Est.3+11,95 $A = (\text{Comprimento} * \text{Largura da Rua})$ $A = (71,95 * 5,20)$ | 374,14 |
| 2.0 | MOVIMENTO DE TERRA | | | |
| 2.1 | Regularização de superfícies em terra com motoniveladora | M ² | Est.0 a Est.3+11,95 $A = (\text{Comprimento} * \text{Largura da Rua})$ $A = (71,95 * 5,20)$ | 374,14 |
| 3.0 | PAVIMENTAÇÃO | | | |
| 3.1 | Assentamento de guia (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para vias urbanas (uso viário). | M | Comprimento Meio fio $C = (\text{Comprimento} * 2) - (\text{abertura de ruas})$ $C = (71,95 * 2)$ | 143,90 |
| 3.2 | Pavimento em paralelepípedo sobre colchão de areia rejuntado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 (pedras pequenas 30 a 35 peças por m2) | M ² | Est.0 a Est.3+11,95 $A = (\text{Comprimento} * \text{Largura da Rua})$ $A = (71,95 * 5,20)$ | 374,14 |
| 4.0 | DIVERSOS | | | |
| 4.1 | Caiação int ou ext sobre revestimento liso c/adoção de fixador com duas demãos | M ² | $A = (143,9 * 0,25)$ | 35,98 |
| 4.2 | Piso em concreto 20mpa preparo mecânico, espessura 7cm, incluso juntas de dilatação em madeira | M ² | Obs: Já está sendo descontada a largura (15 cm) do meio-fio da Calçada Fórmula => $(\text{Comprimento} * 2 - \text{Abertura de ruas}) * \text{Largura da calçada} - (\text{Área de Rampa}) * \text{Qtde} - (\text{Área de calçada existente})$ $A = (((143,9) * 1,35) - (9,315 * 4) - (38,18))$ | 118,83 |
| 4.3 | Rampas de acesso (NBR 9050/04) | UND | QUANTIDADE RAMPAS =4,00 | 4,00 |
| 4.4 | Placa esmaltada para identificação nr de Rua, dimensões 45x25cm | UND | QUANTIDADE PLACAS RUAS =2,00 | 2,00 |
| 4.5 | Placa de sinalização vertical | M2 | $A = (8 * 0,35 * 0,42 / 2) * 1$ | 0,59 |
| 4.6 | Confecção de suporte e travessa p/ placa de sinal | UND | QUANTIDADE =1,00 | 1,00 |
| 4.7 | Piso podotátil em placa cimentícia, assentado com argamassa em rampa do passeio público | M ² | $A = (((143,9)) - (7,60 * 4)) * 0,20)$ | 22,70 |

Piso podotátil de concreto - DIRECIONAL E ALERTA, *25 X 25* CM

| | | | | |
|---|--------------------|-----------------|-----|-----------------|
| Industria de Artefatos de Cimentos Ltda - Epp | 15.170.465/0001-68 | (83) 99614-2301 | und | R\$ 3,00 |
| Dinho Pré- MOLDADOS (LIGAR MAIS TARDE) | | (83) 98831-5868 | und | R\$ 2,00 |
| INTERBLOCK ARTEFATOS DE CIMENTO S/A | 11.803.338/0001-06 | (83) 3234-0607 | und | R\$ 3,50 |
| Valor média adotado | | | | R\$ 2,83 |

COMPOSIÇÃO

| 1.0 | | Piso podotátil em placa cimentícia, assentado com argamassa em rampa do passeio público | m² | R\$ 63,65 | | |
|------------|-------------|--|----------------------|------------------|-------|-----------|
| 1.1 | 88309 | Pedreiro com encargos complementares | h | 0,50 | 14,85 | R\$ 7,43 |
| 1.2 | 88316 | Servente com encargos complementares | h | 0,60 | 11,74 | R\$ 7,04 |
| 1.3 | 370/INSUMO | Areia lavada tipo média | m ³ | 0,01 | 60 | R\$ 0,60 |
| 1.4 | 1379/INSUMO | Cimento Portland CP II-E-32 | kg | 7,50 | 0,44 | R\$ 3,30 |
| 1.5 | COTAÇÃO | Piso podotátil de concreto - DIRECIONAL E ALERTA, *25 X 25* CM | unid | 16,00 | 2,83 | R\$ 45,28 |



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA

| | | |
|--|----------|--------|
| DATA BASE: JUNHO DE 2018 (SINAPI/ CAIXA REFERENCIAL) | B.D.I. = | 26,75% |
| ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS =86,95% (HORA) | | |

COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO (C.P.U)

COMPOSIÇÃO RAMPA

| Descrição do Insumo | Unid. | Quantidade | Valor Unit. | Valor Total | Cód. SINAPI |
|---|----------------|------------|-------------|-------------|-------------------|
| Concreto fck = 15mpa, traço 1:3,4:3,5 (cimento/ areia média/ brita 1)- preparo mecânico com betoneira 400 l. | m ³ | 0,73 | 243,74 | 176,71 | SINAPI 94963 |
| Lançamento /Aplicação manual de concreto em fundações | m ³ | 0,73 | 77,66 | 56,30 | SINAPI 74157/004 |
| Pintura acrílica em piso cimentado duas demãos | m ² | 10,35 | 10,17 | 105,26 | SINAPI 74245/001 |
| Piso com placa cimentícia de alta resistência, podotátil (alerta), 20x20cm, assentado com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 | m ² | 1,13 | 61,50 | 69,19 | Composição 1 |
| Valor Total Unitário SEM BDI | | | | | R\$ 407,46 |

COMPOSIÇÃO 1 -PISO PLACA CIMENTÍCIA ALERTA E DIRECIONAL (M2) CODIGO DA TCPO 09620.8.3.1

| Descrição do Insumo | Unid. | Quantidade | Valor Unit. | Valor Total | Cód. SINAPI |
|--|----------------|------------|-------------|-------------|--------------|
| Pedreiro | h | 0,50 | 11,79 | 5,90 | 4750 |
| Servente | h | 0,60 | 8,74 | 5,24 | 6111 |
| Areia lavada tipo média | m ³ | 0,01 | 60,00 | 0,60 | 370 |
| Cimento portland composto cp II - 32 | kg | 7,50 | 0,44 | 3,30 | 1379 |
| Piso com placa cimentícia de alta resistência, podotátil (alerta e direcional) 20x20cm e= 2cm (ladrilho) | m ² | 1,05 | 44,25 | 46,46 | 3731 |
| Valor Total Unitário SEM BDI | | | | | 61,50 |

MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA RAMPA

| Rampa de acesso (NBR 9050/04) | Quantidade | Und |
|---|--------------|----------------------|
| Concreto fck = 15mpa, preparo com betoneira, sem (0,07)*(2,70+1,50+2,70))*1,50) | 0,73 | m³ |
| Lançamento /Aplicação manual de concreto em fundações | | |
| Área de lançamento = área de concreto | 0,73 | m³ |
| Pintura acrílica em piso cimentado duas demãos | | |
| (2,70*1,50)*2+(1,50*1,50) | 10,35 | m² |
| Piso com placa cimentícia de alta resistência, podotátil (alerta), | | |
| Área= 3x(0,25x1,50) | 1,13 | m² |



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PB

ART OBRA / SERVIÇO
Nº PB20190240687

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba

INICIAL

1. Responsável Técnico

PEDRO SOUZA DOS SANTOS LEITAO NUNES

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **1616046325**

Registro: **1616046325PB**

Empresa contratada: **CLAUDINEIA LEITÃO MARTINS SÁTIRO - ME**

Registro: **0000337583-PB**

2. Contratante

Contratante: **Prefeitura Municipal de Nova Olinda**

CPF/CNPJ: **08.889.297/0001-08**

RUA Duque de Caxias

Nº: **s/n**

Complemento:

Bairro: **Centro**

Cidade: **Nova Olinda**

UF: **PB**

CEP: **58798000**

País: **Brasil**

Telefone:

Email:

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em:

Valor: **R\$ 1.500,00**

Tipo de contratante: **PESSOA JURIDICA DE DIREITO PUBLICO**

Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

Proprietário: **Prefeitura Municipal de Nova Olinda**

CPF/CNPJ: **08.889.297/0001-08**

RUA DIVERSAS

Nº: **S/N**

Complemento:

Bairro: **SEDE DO MUNICÍPIO**

Cidade: **NOVA OLINDA**

UF: **PB**

CEP: **58798000**

Telefone:

Email:

Coordenadas Geográficas: **Latitude: 0 Longitude: 0**

Data de Início: **25/02/2019**

Previsão de término: **07/03/2019**

Finalidade: **SEM DEFINIÇÃO**

4. Atividade Técnica

| | Quantidade | Unidade |
|--|------------|---------|
| 1 - DIRETA | | |
| 38 - ORÇAMENTO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - ARQUITETURA -> PAISAGISMO -> PAISAGISMO -> #0845 - ACESSOS E PASSEIOS | 1,00 | un |
| 5 - PROJETO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - ARQUITETURA -> PAISAGISMO -> PAISAGISMO -> #0845 - ACESSOS E PASSEIOS | 2.565,34 | m² |
| 9 - ESPECIFICAÇÃO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - ARQUITETURA -> PAISAGISMO -> PAISAGISMO -> #0845 - ACESSOS E PASSEIOS | 1,00 | un |
| 38 - ORÇAMENTO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> TRANSPORTE -> #1361 - SINALIZAÇÃO VERTICAL | 1,00 | un |
| 5 - PROJETO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> TRANSPORTE -> #1361 - SINALIZAÇÃO VERTICAL | 2.565,34 | m² |
| 9 - ESPECIFICAÇÃO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> TRANSPORTE -> #1361 - SINALIZAÇÃO VERTICAL | 1,00 | un |
| 38 - ORÇAMENTO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> INFRA-ESTRUTURA TERRITORIAL -> PAVIMENTAÇÃO -> #1478 - EM PARALELEPÍPEDOS | 1,00 | un |
| 5 - PROJETO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> INFRA-ESTRUTURA TERRITORIAL -> PAVIMENTAÇÃO -> #1478 - EM PARALELEPÍPEDOS | 2.565,34 | m² |
| 9 - ESPECIFICAÇÃO > RESOLUÇÃO 1025 -> OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL -> INFRA-ESTRUTURA TERRITORIAL -> PAVIMENTAÇÃO -> #1478 - EM PARALELEPÍPEDOS | 1,00 | un |

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Projetos (pavimentação; sinalização vertical; e acessibilidade), orçamento e especificações para pavimentação em paralelepípedos das ruas José Gonzaga, Maria Neri Teotonio, José Lourenço Filho, no município de Nova Olinda - PB.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NAO OPTANTE





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PB

ART OBRA / SERVIÇO
Nº PB20190240687

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba

INICIAL

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

PEDRO SOUZA DOS SANTOS LEITAO NUNES - CPF: 090.639.254-33

_____, _____ de _____ de _____
 Local data

Prefeitura Municipal de Nova Olinda - CNPJ: 08.889.297/0001-08

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

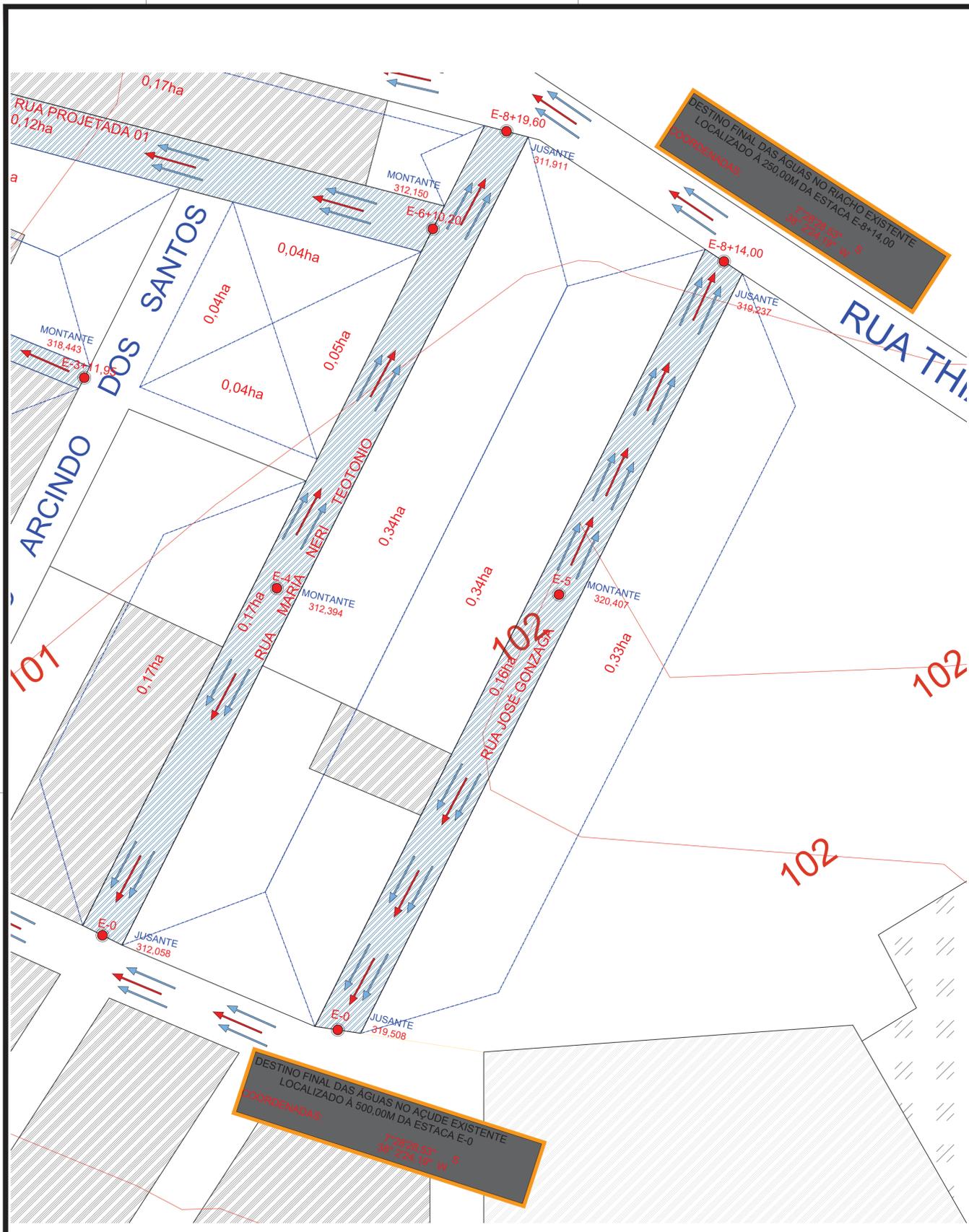
Valor da ART: **R\$ 85,96** Registrada em: **08/03/2019** Valor pago: **R\$ 85,96** Nosso Número: **2647432**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-pb.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 89Byc
 Impresso em: 11/03/2019 às 10:22:20 por: , ip: 177.154.50.141

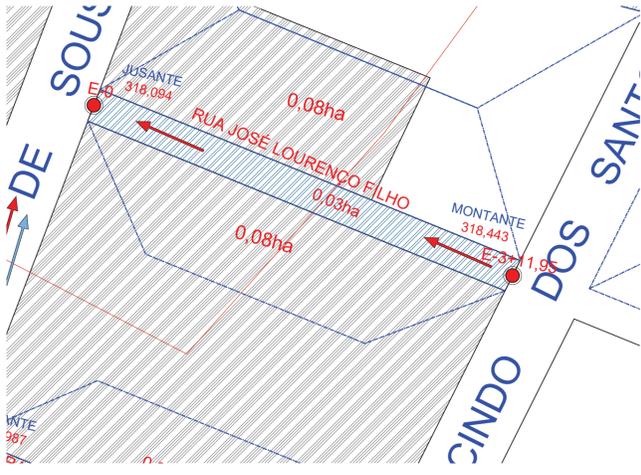
sic.creapb.org.br
 Tel: (83) 3533 2525

creapb@creapb.org.br
 Fax:





PLANTA DE LOCALIZAÇÃO SEM ESCALA



- RUA JOSÉ GONZAGA 0,83ha
- RUA MARIA NERI TEOTONIO 0,57ha
- RUA JOSÉ LOURENÇO FILHO 0,19ha

PLANTA DE SITUAÇÃO ESCALA 1/500



PROPRIETÁRIO

ENGENHEIRO

BACIA HIDROGRÁFICA

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA
 MUNICÍPIO: PEDRA BRANCA - PB
 LOCAL: RUA JOSÉ GONZAGA, RUA MARIA NERI TEOTONIO E RUA JOSÉ LOURENÇO FILHO.

| TRABALHOS TÉCNICOS | | DATA |
|--------------------|------------------|------|
| PROF. | NOME | 2018 |
| PRANCHA | DESENHO / ESCALA | |
| 01/01 | INDICADOS(AS) | |



Fone: (83) 3512 7293 - João Pessoa - PB
 Fone: (83) 3421 7838 - Patos - PB



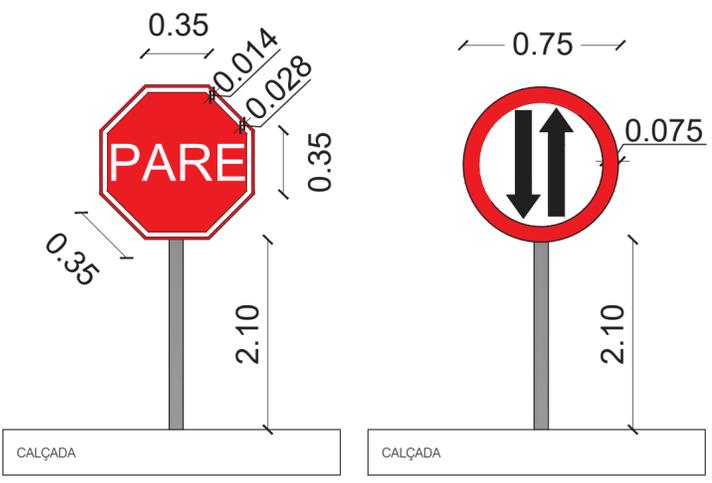
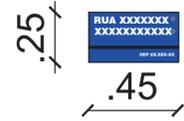
ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito que o projeto de sinalização viária vertical foi elaborado de acordo com os manuais de “Sinalização vertical” do CONTRAN/DENATRAN - VOLUME I Sinalização Vertical de Regulamentação/ 2007.

Eng.º Civil

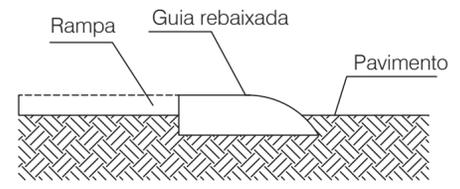
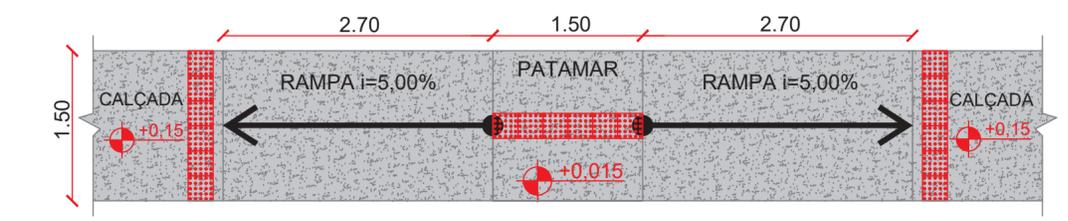
**NOVA OLINDA /PB,
5 DE FEVEREIRO DE 2019.**



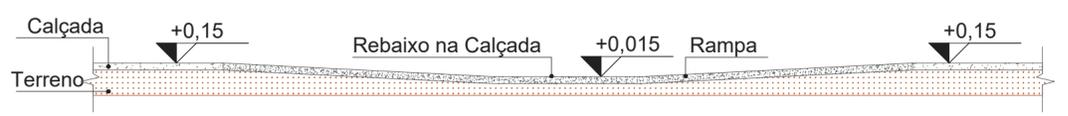
PLACAS DE SINALIZAÇÃO

- DEVEM SER COLOCADAS NA POSIÇÃO VERTICAL, FAZENDO UM ÂNGULO DE 93° A 95° EM RELAÇÃO AO SENTIDO DO FLUXO DE TRÁFEGO, VOLTADAS PARA O LADO EXTERNO DA VIA;
- O AFASTAMENTO LATERAL DAS PLACAS, MEDIDO ENTRE A BORDA LATERAL DA MESMA E DA PISTA, DEVE SER, NO MÍNIMO, 0,30 METROS PARA TRECHOS RETOS DA VIA, E 0,40 METROS NOS TRECHOS CURVOS;
- DEVERÁ SER COLOCADA NO MÁXIMO A 10,00 METROS DO PROLONGAMENTO DO MEIO-FIO OU DO BORDO DA PISTA TRANSVERSAL;
- LOCALIZADA DO LADO DIREITO DA VIA (EXCETO QUANDO SUA VISIBILIDADE ESTIVER PREJUDICADA);

PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DA RUA ESC 1/25
PLACA DE SINALIZAÇÃO ESC SEM ESCALA
PLACA DE SINALIZAÇÃO ESC SEM ESCALA



DETALHE DO ACESSO À RAMPA
 ESCALA SEM ESCALA



DETALHE DA RAMPA DE ACESSIBILIDADE

As rampas deverão ser executadas com o mesmo material da calçada!

Piso Alerta - 0,25 x 0,25m
 Indicação: obstáculo, mudança de rota, rampa, etc.

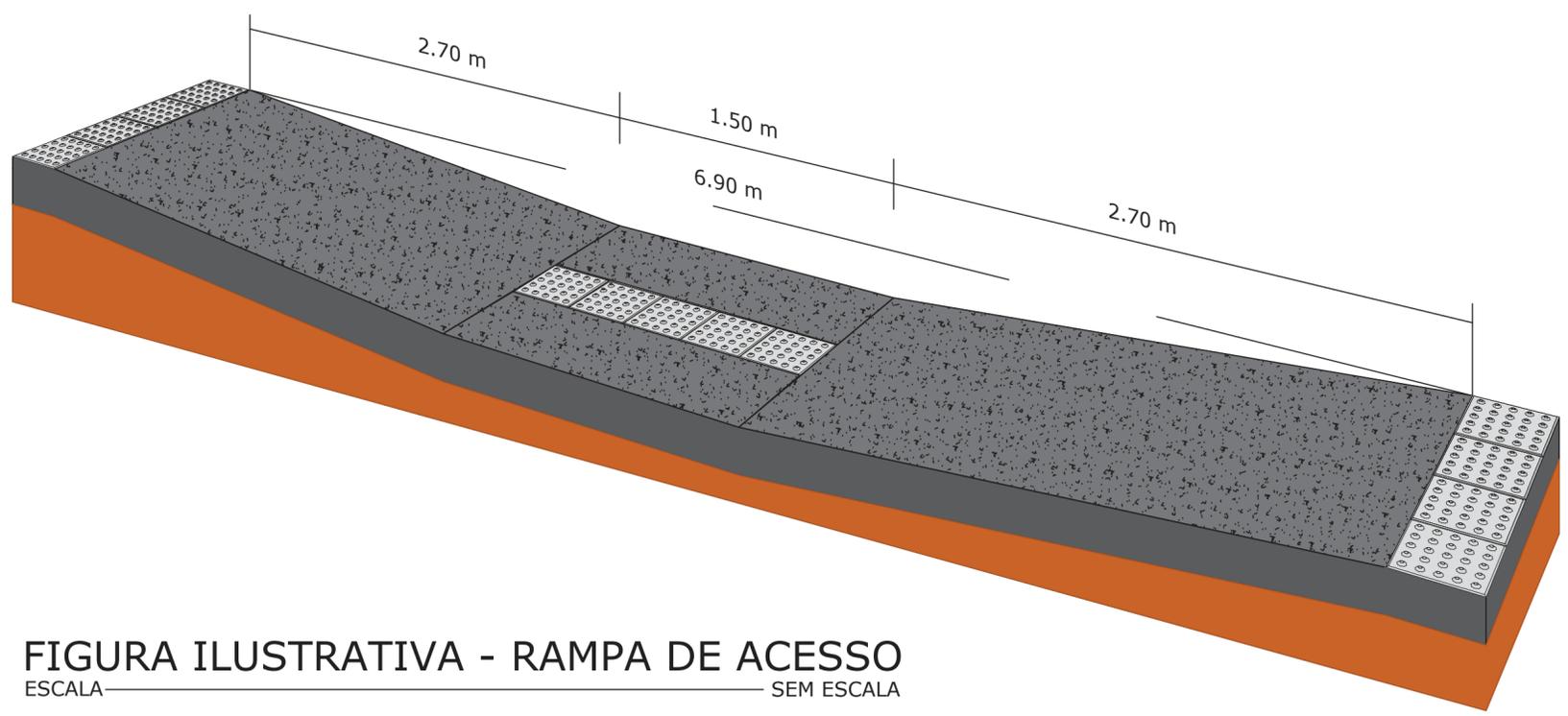


FIGURA ILUSTRATIVA - RAMPA DE ACESSO
 ESCALA SEM ESCALA

PROPRIETÁRIO
 ENGENHEIRO

| PAVIMENTAÇÃO | |
|---------------|-------------------------------------|
| PROPRIETÁRIO: | PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA |
| MUNICÍPIO: | NOVA OLINDA - PB |
| LOCAL: | RUAS A SEREM PAVIMENTADAS |

DETALHES DAS PLACAS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E RAMPAS DE ACESSIBILIDADE

| TRABALHOS TÉCNICOS | | DATA |
|--------------------|---|------|
| PROF. | NOME | 2018 |
| | | |
| PRANCHA | DESENHO / ESCALA | |
| 01 / 01 | PLACAS DE SINALIZAÇÃO RAMPAS DE ACESSIBILIDADE | |

ANEXO I

LISTA DE VERIFICAÇÃO EM ACESSIBILIDADE

| | ITEM | DESCRIÇÃO | ATENDIMENTO* | | | ETAPA DE VERIFICAÇÃO | | | ITEM DA NBR 9050/15: | OBS. * |
|----------------|------|--|--------------|-------------------|--|---|---|---|---------------------------------------|-----------|
| | | | SIM | NÃO nesta etapa** | N/A - Justificar (não será verificado) | PELO CONCEDENTE OU MANDATÁRIA** * NO PROJETO DE ENGENHARIA | PELO CONVENIENTE NO PROJETO EXECUTIVO DE ACESSIBILIDADE | PELO CONVENIENTE NO LAUDO DE CONFORMIDADE | | |
| ROTA ACESSÍVEL | 1 | Há indicação em projeto do traçado da rota acessível na área de intervenção? | x | | | s | s | s | 6.1 | |
| | 2 | As calçadas novas ou reformadas possuem faixa livre com largura mínima de 1,20 m? | x | | | s | s | s | 6.12.3.b) | |
| CALÇADAS | 3 | As faixas livres não possuem obstáculos? | x | | | n | s | s | 6.12.3.b) | |
| | 4 | As calçadas novas ou reformadas possuem faixa de serviço com largura mínima de 0,70 m? | x | | | n | s | s | 6.12.3.a) | |
| | 5 | Em casos de calçadas novas ou reformadas com largura superior a 2,0m, há faixa de acesso? | | | x | n | s | s | 6.12.1 6.12.3.c) | |
| | 6 | A faixa livre possui 2,10 m de altura livre nas calçadas novas ou reformadas? | x | | | n | s | s | 6.12.3.b) | |
| | 7 | A sinalização suspensa está instalada acima de 2,10 m do piso nas calçadas novas ou reformadas? | x | | | n | s | s | 5.2.8.2.3 | |
| | 8 | A faixa livre ou passeio das calçadas novas ou reformadas possui inclinação transversal de até 3%? | x | | | n | s | s | 6.12.3.b) | |
| | 9 | Nas calçadas novas ou reformadas há sinalização tátil direcional quando da ausência ou descontinuidade de linha-guia identificável? | x | | | n | s | s | ABNT NBR 16537 - 7.8.1 | |
| | 10 | A sinalização visual possui contraste de luminância, em condições secas e molhadas nas calçadas novas? | x | | | n | s | s | 5.4.6.2 | |
| | 11 | Há sinalização tátil ou piso tátil para informar a existência de: desníveis, objetos suspensos, equipamentos, mudança de direção, travessia de pedestre, início e término de rampas e escadas, rebaixamentos de guia nas calçadas novas ou reformadas? | x | | | n | s | s | 5.4.6.3 ABNT NBR 16537 - 6.6 - 7.4 | |
| | 12 | A faixa livre das calçadas novas ou reformadas possui piso com superfície regular, firme, estável, não trepidante e anti derrapante, sob condição seca ou molhada? | x | | | n | s | s | 6.3.2 | |

| | | | | | | | | | | |
|------------------|----|--|---|---|---|---|---|---|------------------------|--|
| | 13 | O acesso de veículos aos lotes cria degraus ou desníveis na faixa livre nas calçadas novas ou reformadas? | | x | | n | s | s | 6.12.4 | |
| | 14 | Os rebaixamentos de calçadas ou faixas elevadas para a travessia das vias constantes da intervenção estão na direção do fluxo da travessia de pedestres em calçadas novas ou reformadas? | x | | | s | s | s | 6.12.7 | |
| | 15 | Os rebaixamentos de calçadas possuem inclinação igual ou inferior a 8,33% (nas rampas laterais e central) ou igual ou inferior a 5% para rebaixamento total (nas rampas laterais) em calçadas novas? | x | | | n | s | s | 6.12.7.3 6.12.7.3.4 | |
| | 16 | Os rebaixamentos de calçadas possuem rampa central com largura mínima de 1,50m em calçadas novas ou reformadas? | x | | | s | s | s | 6.12.7.3 | |
| | 17 | Os rebaixamentos de calçadas são feitos de forma a não reduzir a largura da faixa livre ou passeio em medida inferior a 1,20m em calçadas novas ou reformadas? | x | | | n | s | s | 6.12.7.3 | |
| | 18 | Há desnível entre o término do rebaixamento da calçada e o leito carroçável em calçadas novas ou reformadas? | | x | | n | s | s | 6.12.7.3.1 | |
| | 19 | Há rebaixamento do canteiro divisor de pistas, com largura igual à da faixa de travessia? | | | x | s | s | s | 6.12.7.3.5 | |
| | 20 | Os semáforos para pedestres possuem dispositivos sincronizados com sinais visuais e sonoros? | | | x | n | s | s | 8.2.2.3 | |
| | 21 | Os semáforos, se acionados manualmente, possuem comando com altura entre 0,80 m e 1,20 m do piso? | | | x | n | s | s | 5.6.4.3 8.2.2.1 | |
| PASSARELAS | 22 | As passarelas de pedestres possuem uma das alternativas? a. rampas; b. rampas e escadas; c. rampas e elevadores; d. escadas e elevadores. | | | x | s | s | s | 6.13.1 | |
| RAMPAS E ESCADAS | 23 | As rampas em rota acessível possuem, no mínimo, 1,20 m de largura? | | | | s | s | s | 6.6.2.5 | |
| | 24 | Os patamares (intermediários, de início e término da rampa) possuem dimensão longitudinal mínima de 1,20 m e não invadem a área de circulação adjacente? | | | x | s | s | s | 6.6.4 | |
| | 25 | Para segmento de | | | x | n | s | s | 6.6.2.1 | |

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|----|---|--|--|---|---|---|---|---------|
| | | rampa com desnível máximo de 1,50 m, a inclinação é de 5%? | | | | | | | |
| | 26 | Para segmento de rampa com desnível máximo de 1,00 m, a inclinação é de até 6,25%? | | | x | n | s | s | 6.6.2.1 |
| | 27 | Para segmento de rampa com desnível máximo de 0,80 m, sua inclinação é de até 8,33% e o número máximo de segmentos de rampa é 15? | | | x | n | s | s | 6.6.2.1 |
| | 28 | Em rampas, na ausência de paredes laterais, há guarda corpos e guias de balizamento? | | | x | n | s | s | 6.9.5 |
| | 29 | As escadas em rota acessível possuem no mínimo 1,20 m de largura? | | | x | s | s | s | 6.8.3 |
| | 30 | Há patamar em escadas a cada desnível de 3,20 m (exceto escada de lances curvos ou mistos) com no mínimo 1,20m de dimensão longitudinal? | | | x | s | s | s | 6.8.7 |
| | 31 | Os pisos dos degraus das escadas possuem dimensão entre 0,28 m e 0,32 m? | | | x | n | s | s | 6.8.2 |
| | 32 | Os espelhos dos degraus das escadas possuem dimensão entre 0,16 m e 0,18 m? | | | x | n | s | s | 6.8.2 |
| | 33 | Há sinalização visual aplicada nos pisos e espelhos dos degraus, contrastante com o revestimento adjacente? | | | x | n | s | s | 5.4.4 |
| | 34 | Em escadas, na ausência de paredes laterais, há guarda corpos e guias de balizamento? | | | x | s | s | s | 6.9.5 |
| | 35 | Nas rampas e escadas há corrimãos? | | | x | s | s | s | 6.9.2.1 |
| | 36 | Em escadas e rampas os corrimãos são contínuos com diâmetro entre 30 mm a 45 mm, com altura de 0,92 m e a 0,70 m do piso e prolongamento mínimo de 0,30 m nas extremidades e recurvados nas extremidades? | | | x | n | s | s | 6.9 |
| | 37 | Em rampas ou escadas com largura igual ou superior a 2,40 m, há instalação de corrimão intermediário? | | | x | n | s | s | 6.9.4 |
| | 38 | Em rampas ou escadas, se há corrimão intermediário e patamar com comprimento superior a 1,40 m, há espaçamento mínimo de 0,80 m? | | | x | n | s | s | 6.9.4.1 |
| PLATAFORMAS E ELEVADORES | 39 | Em plataforma de elevação vertical com percurso aberto, há fechamento contínuo com altura de 1,10 m e sem vãos laterais? | | | x | n | s | s | 6.10 |

| | | | | | | | | | | |
|----------------------------|----|--|--|--|---|---|---|---|----------------------------|--|
| | 40 | Em plataforma de elevação vertical com percurso superior a 2,00 m, o percurso é fechado? | | | x | n | S | S | 6.10.3.2 | |
| | 41 | Em plataforma de elevação inclinada há parada programada no patamares ou pelo menos a cada 3,20 m de desnível? | | | x | n | S | S | 6.10.4.2 | |
| | 42 | Há dispositivos de comunicação interno e externo à caixa de corrida, para solicitação de auxílio? | | | x | n | S | S | 6.10.1 | |
| | 43 | Os elevadores, quando projetados para 1 cadeira de rodas e 1 outro usuário, possuem cabine com dimensões mínimas de 1,40 m x 1,10 m? | | | x | s | S | S | ABNT NBR NM 313 - Tabela 1 | |
| | 44 | Em elevadores, quando projetados para 1 cadeira de rodas e 1 outro usuário, as portas, quando abertas, possuem vão livre de 0,80 m x 2,10 m? | | | x | n | S | S | ABNT NBR NM 313 - Tabela 1 | |
| | 45 | O piso da cabine contrasta com o da circulação? | | | x | n | S | S | ABNT NBR NM 313 | |
| | 46 | Há sinalização com piso tátil de alerta junto à porta dos elevadores e plataformas de elevação vertical? | | | x | n | S | S | ABNT NBR 16537 - 6.9.1 | |
| | 47 | Possui sinalização sonora informando o pavimento em equipamentos com mais de duas paradas? | | | x | n | S | S | 6.10.1 | |
| | 48 | Junto à porta do elevador há dispositivo entre 1,80 m e 2,50 m que emite sinais sonoro e visual, indicando o sentido em que a cabine se movimentará? | | | x | n | S | S | ABNT NBR NM 313 | |
| | 49 | A botoeira do pavimento está localizada entre 0,90 m e 1,10 m do piso? | | | x | n | S | S | ABNT NBR NM 313 | |
| | 50 | A botoeira da cabine está localizada entre 0,90 m e 1,30 m do piso? | | | x | n | S | S | ABNT NBR NM 313 | |
| | 51 | O desnível entre o piso da cabine e o piso externo é de, no máximo, 15 mm? | | | x | n | S | S | ABNT NBR NM 313 | |
| | 52 | A distância horizontal entre o piso da cabine e o piso externo é de, no máximo, 35 mm? | | | x | n | S | S | ABNT NBR NM 313 | |
| | 53 | O número do pavimento está localizado nos batentes externos, indicando o andar, em relevo e em Braille? | | | x | n | S | S | 5.4.5.2 | |
| ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS | 54 | Há rota acessível interligando as vagas reservadas dos estacionamentos aos acessos? | | | x | n | S | S | 6.2.4 | |
| | 55 | Há vagas de estacionamento reservadas a veículos que transportem pessoas com deficiência? | | | x | s | S | S | Lei 13.146/2015 | |
| | 56 | O número de vagas de estacionamento reservadas a veículos que transportem pessoas com deficiência é de, no mínimo, 2% do total de vagas, assegurada, no mínimo 1 vaga? | | | x | s | S | S | Lei 13.146/2015 | |
| | 57 | As vagas destinadas a | | | x | n | S | S | 6.14.1.2 | |

| | | | | | | | | | | |
|--------|----|---|--|--|---|---|---|---|---------------------------|--|
| | | peçoas com deficiência localizam-se a, no máximo, 50m do acesso à edificação ou elevadores? | | | | | | | | |
| | 58 | As vagas destinadas a peçoas com deficiência contam com espaço adicional de, no mínimo, 1,20 m de largura? | | | x | n | s | s | 6.14.1.2 | |
| | 59 | Há vagas de estacionamento reservadas a veiculos que transportem peçoas idosas? | | | x | s | s | s | Lei 10.741/2003 | |
| | 60 | O número de vagas destinadas a veiculos que transportem peçoas idosas é de, no mínimo, 5% do total de vagas, com no mínimo uma vaga? | | | x | s | s | s | Lei 10.741/2003 | |
| | 61 | As vagas destinadas a peçoas idosas estão posicionadas próximas das entradas do edifício? | | | x | n | s | s | 6.14 | |
| | 62 | As vagas reservadas contém sinalização vertical e horizontal? | | | x | n | s | s | 5.5.2.3 6.14 | |
| ACESSO | 63 | Há indicação no projeto do traçado da rota acessível? | | | x | s | s | s | 6.1.1 | |
| | 64 | A rota acessível interliga as áreas de uso público e adaptadas da edificação e incorpora as circulações? | | | x | s | s | s | 6.1.1 | |
| | 65 | Todas as entradas da edificação de uso público ou comum são acessíveis? | | | x | n | s | s | 6.2.1; 6.1.1.1 | |
| | 66 | Se houver controle de acesso, tipo catracas ou cancelas, pelo menos um deles em cada conjunto é acessível? | | | x | n | s | s | 6.2.5 | |
| | 67 | Possui sinalização informativa e direcional nas entradas e saídas acessíveis? | | | x | n | s | s | 6.2.8 | |
| | 68 | Há mapa acessível instalado imediatamente após a entrada principal com piso tátil associado, informando os principais pontos de distribuição no prédio ou locais de maior utilização? | | | x | n | s | s | Anexo B B.4 | |
| | 69 | Há pelo menos duas formas de deslocamento vertical nas circulações verticais? (escadas, rampas, plataformas elevatórias ou elevador) | | | x | s | s | s | 6.3 | |
| PISO | 70 | As superfícies de piso possuem revestimento regular, firme, estável, não trepidante e antiderrapante, estando secas ou molhadas? | | | x | n | s | s | 6.3.2 | |
| | 71 | A rota acessível é nivelada ou possui desníveis de no máximo 0,5 cm, ou quando maior que 0,5 cm e menor que 2 cm é chanfrada na proporção 1:2 (50%) | | | x | n | s | s | 6.3.4.1 | |
| | 72 | Há rampa nos casos em que ocorra um desnível maior que 2 cm? | | | x | n | s | s | 6.1 6.1.1.2 6.3.4.1 | |
| | 73 | Se houver grelhas e juntas de dilatação em rotas acessíveis, os vãos perpendiculares | | | x | n | s | s | 6.3.5 | |

| | | | | | | | | | | |
|------------------|----|---|--|--|---|---|---|---|----------------|--|
| | | ao fluxo principal possuem dimensão máxima de 15mm? | | | | | | | | |
| CORREDORES | 74 | Para corredores de uso comum com extensão de até 4,00 m, a largura é de, no mínimo, 0,90 m? | | | x | n | S | S | 6.11.1 | |
| | 75 | Para corredores de uso comum com extensão de até 10,00 m, a largura é de, no mínimo, 1,20 m? | | | x | n | S | S | 6.11.1 | |
| | 76 | Para corredores de uso comum com extensão acima de 10,00m, a largura é de, no mínimo, 1,50 m? | | | x | n | S | S | 6.11.1 | |
| | 77 | Para corredores de uso público, a largura é de, no mínimo, 1,50 m? | | | x | n | S | S | 6.11.1 | |
| | 78 | Para transposição de obstáculos com no máximo 0,40 m de extensão, a largura é de no mínimo 0,80 m? | | | x | n | S | S | 6.11.1.2 | |
| | 79 | Para transposição de obstáculos com extensão superior a 0,40 m, a largura é de no mínimo 0,90 m? | | | x | n | S | S | 6.11.1.2 | |
| | 80 | As passagens possuem informação visual, associada a sinalização tátil ou sonora? | | | x | n | S | S | 5.4.1 | |
| | 81 | Há placas de sinalização informando sobre os sanitários, acessos verticais e horizontais, números de pavimentos e rota de fuga? | | | x | n | S | S | 5.2.8.1 | |
| | 82 | Esta sinalização está disposta em locais acessíveis para pessoa em cadeira de rodas, com deficiência visual, entre outros usuários, de tal forma que possa ser compreendida por todos? | | | x | n | S | S | 5.2.8.1 | |
| ROTA DE FUGA | 83 | Quando a rota de fuga incorpora escadas de emergência e elevadores de emergência há área de resgate com no mínimo um M.R (0.80X1,20m) por pavimento e um para cada escada e elevador de emergência? | | | x | S | S | S | 6.4.4 | |
| | 84 | As rotas de fuga e as saídas de emergência estão sinalizadas, com informações visuais, sonoras e táteis? | | | x | n | S | S | 5.5.1 | |
| RAMPAS E ESCADAS | 85 | As rampas possuem largura mínima de 1,50 m? Sendo o mínimo admissível de 1,20m (indicadas no projeto como as pertencentes à rota acessível) | | | x | S | S | S | 6.6.2.5 | |
| | 86 | As escadas possuem largura mínima de 1,20m? (indicadas no projeto como as pertencentes à rota acessível) | | | x | S | S | S | 6.8.3 | |
| | 87 | Há guarda-corpos e guias de balizamento em rampas e escadas, na ausência de paredes laterais? (indicadas no projeto como as pertencentes à rota acessível) | | | x | S | S | S | 6.6.3 6.9.5 | |
| | 88 | Há corrimãos em escadas e rampas? (indicadas no projeto) | | | x | S | S | S | 6.9.2.1 | |

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----|--|--|--|---|---|---|---|-------------------|
| | | como as pertencentes à rota acessível) | | | | | | | |
| | 89 | Os corrimãos são contínuos, com diâmetro entre 30 mm a 45 mm, em ambos os lados, com altura de 0,92 m e a 0,70 m do piso, prolongamento mínimo de 0,30 m e recurvados nas extremidades ? | | | x | n | s | s | 6.9.2.1; 4.6.5 |
| | 90 | Em rampas ou escadas com largura igual ou superior a 2,40 m, há instalação de corrimão intermediário? | | | x | n | s | s | 6.9.4 |
| | 91 | Em rampas ou escadas, se há corrimão intermediário e patamar com comprimento superior a 1,40 m, há espaçamento mínimo de 0,80 m? | | | x | n | s | s | 6.9.4.1 |
| | 92 | Os patamares (intermediários, de início e término) das rampas possuem dimensão longitudinal mínima de 1,20 m e não invadem a área de circulação adjacente? | | | x | s | s | s | 6.6.2 6.6.4 |
| | 93 | Há patamar em escadas a cada desnível de 3,20 m (exceto escada de lances curvos ou mistos), com dimensão longitudinal de 1,20 m? | | | x | s | s | s | 6.8.7 6.8.8 |
| | 94 | Os patamares de mudança de direção em rampas e escadas possuem o comprimento igual à largura das mesmas? | | | x | s | s | s | 6.6.4; 6.8.3 |
| RAMPAS E ESCADAS | 95 | Para segmento de rampa com desnível máximo de 1,50 m, a inclinação é de 5%? | | | x | n | s | s | 6.6.2.1 |
| | 96 | Para segmento de rampa com desnível máximo de 1,00 m, a inclinação é de até 6,25%? | | | x | n | s | s | 6.6.2.1 |
| | 97 | Para segmento de rampa com desnível máximo de 0,80 m, sua inclinação é de até 8,33% e o número máximo de segmentos de rampa é 15? | | | x | n | s | s | 6.6.2.1 |
| | 98 | Os pisos dos degraus das escadas possuem dimensão entre 0,28 m e 0,32 m? | | | x | s | s | s | 6.8.2 |
| | 99 | Os espelhos dos degraus das escadas possuem dimensão entre 0,16 m e 0,18 m? | | | x | s | s | s | 6.8.2 |
| | 100 | O primeiro e o último degrau de um lance de escada distam 0,30m da circulação adjacente? | | | x | s | s | s | 6.8.4 |
| | 101 | As escadas que interligam os pavimentos, possuem sinalização tátil, visual e/ou sonora? | | | x | n | s | s | 5.5.1.3 |
| | 102 | Há sinalização visual de degraus isolados? | | | x | n | s | s | 5.4.4 |
| PLATAFORMAS E ELEVADORES | 103 | Em plataforma de elevação vertical com percurso aberto, há fechamento contínuo com altura de 1,10 m e sem vãos laterais? | | | x | n | s | s | 6.10.3.1 |
| | 104 | Em plataforma de elevação vertical com percurso superior a 2,00 m, o percurso é fechado? | | | x | n | s | s | 6.10.3.2 |

| | | | | | | | | | | |
|--------------------------|-----|---|--|--|---|---|---|---|--|--|
| | 105 | Em plataforma de elevação inclinada há parada programada nos patamares ou pelo menos a cada 3,20 m de desnível? | | | x | n | s | s | 6.10.4.2 | |
| | 106 | Há dispositivos de comunicação interno e externo à caixa de corrida, para solicitação de auxílio? | | | x | n | s | s | 6.10.1 | |
| | 107 | Os elevadores possuem cabine com dimensões mínimas de 1,40 m x 1,10 m? | | | x | s | s | s | ABNT NBR NM 313 | |
| | 108 | Em elevadores as portas, quando abertas, possuem vão livre mínimo de 0,80 m x 2,10 m? | | | x | n | s | s | 6.11.2.4 | |
| | 109 | O piso da cabine contrasta com o da circulação? | | | x | n | s | s | ABNT NBR NM 313 | |
| | 110 | Possui sinalização com piso tátil de alerta e visual junto ao equipamento? (exceto plataforma de elevação inclinada) | | | x | n | s | s | 6.10.1; 6.10.4.4 | |
| | 111 | Possui sinalização sonora informando o pavimento em equipamentos com mais de duas paradas? | | | x | n | s | s | 6.10.1 | |
| | 112 | Junto à porta do elevador há dispositivo entre 1,80 m e 2,50 m que emite sinais sonoro e visual, indicando o sentido em que a xcabine se movimenta? | | | x | n | s | s | ABNT NBR NM 313 | |
| | 113 | A botoeira do pavimento está localizada entre 0,90 m e 1,10 m do piso? | | | x | n | s | s | ABNT NBR NM 313 | |
| | 114 | A botoeira da cabine está localizada entre 0,90 m e 1,30 m do piso? | | | x | n | s | s | ABNT NBR NM 313 | |
| PLATAFORMAS E ELEVADORES | 115 | O desnível entre o piso da cabine e o piso externo é de, no máximo, 15 mm? | | | x | n | s | s | ABNT NBR NM 313 | |
| | 116 | A distância horizontal entre o piso da cabine e o piso externo é de, no máximo, 35 mm? | | | x | n | s | s | ABNT NBR NM 313 | |
| | 117 | O número do pavimento está localizado nos batentes externos, indicando o andar, em relevo e em Braille? | | | x | n | s | s | 5.4.5.2 | |
| PORTAS E JANELAS | 118 | As portas, quando abertas, possuem vão livre de 0,80 m de largura e 2,10 m de altura? | | | x | s | s | s | 6.11.2.4 | |
| | 119 | Nos locais de prática esportivas, as portas tem largura mínima de 1m nas circulações destinada a praticantes? | | | x | s | s | s | 6.11.2.4; 6.11.2.1 2; 10.11.1 | |
| | 120 | Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos um delas possui vão livre de 0,80 m de largura? | | | x | n | s | s | 6.11.2.4 | |
| | 121 | Se houver portas em sequência, há espaço entre elas (abertas) de, no mínimo, 1,50 m de diâmetro e 0,60 m ao lado da maçaneta? | | | x | n | s | s | 6.11.2 | |
| | 122 | A área de varredura das portas não interfere nas áreas de manobra, na dimensão mínima dos patamares e no fluxo principal de circulação? | | | x | n | s | s | 6.6.4.1; 6.8.8; 6.11.2.1 | |
| | 123 | Se abertura da porta é no sentido do | | | x | n | s | s | 6.11.2.2 | |

| | | | | | | | | | |
|--------|-----|--|--|--|---|---|---|---|-----------------------|
| | | deslocamento do usuário, existe espaço livre de 0,30 m entre a porta e a parede e espaço frontal de 1,2 m ou acionamento automático? | | | | | | | |
| | 124 | Se abertura da porta é no sentido oposto ou lateral ao deslocamento do usuário, existe espaço livre de 0,60 m entre a porta e a parede e espaço frontal de 1,5m ou acionamento automático? | | | x | n | S | S | 6.11.2.2; 6.11.2.3 |
| | 125 | Possui sinalização visual no centro da porta ou na parede ao lado da maçaneta (1,20 m - 1,60 m) no lado externo, informando o ambiente? | | | x | n | S | S | 5.4.1 |
| | 126 | A sinalização visual está associada à sinalização tátil em relevo e Braille (instalada na parede adjacente ou batente em altura entre 0,90 m - 1,20 m) ou sonora? | | | x | n | S | S | 5.4.1 |
| | 127 | As maçanetas das portas são do tipo alavanca e estão instaladas entre 0,80 m e 1,10 m do piso? | | | x | n | S | S | 6.11.2.6 |
| | 128 | A altura do peitoril respeita o cone visual de pessoa em cadeira rodas (aprox. 60 cm)? | | | x | n | S | S | 6.11.3 |
| | 129 | As janelas possuem comando de abertura instalados entre 0,60 m e 1,20 m do piso? | | | x | n | S | S | 6.11.3 |
| GERA | 130 | Existe sanitário acessível, para cada sexo, em todos os pavimentos, com entrada independente dos sanitários coletivos? | | | x | s | S | S | 7.4.3 |
| | 131 | As superfícies de piso dos sanitários acessíveis não possuem desníveis e possuem revestimento regular, firme, estável, não trepidante, e antiderrapante, estando secas ou molhadas? | | | x | n | S | S | 6.3.2 6.3.4 |
| | 132 | Há no mínimo 5% do total de cada peça sanitária, com no mínimo uma, para cada sexo em cada pavimento, onde há sanitários? | | | x | n | S | S | 7.4.3 |
| | 133 | O sanitário acessível ou boxe sanitário acessível possui circulação livre para giro de 360° (diâmetro 1,50 m)? | | | x | s | S | S | 7.5.a) |
| | 134 | Os sanitários acessíveis possuem dispositivo de sinalização de emergência (alarme sonoro e visual) próximo à bacia, acionado através de pressão ou alavanca, instalado à 40 cm do piso e com cor contrastante? | | | x | n | S | S | 5.6.4.1 |
| | 135 | Os interruptores foram instalados em altura de 0,60m a 1,00 m do piso? | | | x | n | S | S | 4.6.9 |
| PORTAS | 136 | As portas, quando abertas, possuem vão livre de 0,80 m de largura e 2,10 m de altura? | | | x | s | S | S | 6.11.2.4 |
| | 137 | Em caso de porta de eixo vertical, a abertura | | | x | s | S | S | 7.5.f) |

| | | | | | | | | | | |
|-----------------|-----|---|--|--|---|---|---|---|--|--|
| | | é para o lado externo do sanitário ou boxe? | | | | | | | | |
| | 138 | Nos locais de prática esportivas, as portas tem largura mínima de 1m nas circulações destinada a praticantes? | | | x | s | s | s | 6.11.2.4; 6.11.2.1 2; 10.11.1 | |
| | 139 | A porta possui puxador horizontal, com diâmetro entre 25 mm a 35 mm, com comprimento mínimo de 0,40 m, afixado na parte interna da porta e maçaneta tipo alavanca? | | | x | n | s | s | 6.11.2.7 Figura 84; 7.11.5 | |
| | 140 | Há sinalização visual no centro da porta ou na parede ao lado da maçaneta (1,20 m - 1,60 m) no lado externo, informando o ambiente? | | | x | n | s | s | 5.4.1 | |
| | 141 | A sinalização visual está associada à sinalização tátil em relevo e Braille (instalada na parede adjacente ou batente em altura entre 0,90 m - 1,20 m) ou sonora? | | | x | n | s | s | 5.4.1 | |
| BACIA SANITÁRIA | 142 | Há área de transferência (0,80 m x 1,20 m) lateral, diagonal e perpendicular para a bacia sanitária? | | | x | s | s | s | 7.5 | |
| | 143 | A bacia possui 0,43 m a 0,45 m de altura em o assento (46 cm de altura com assento)? | | | x | n | s | s | 7.7.2.1 | |
| | 144 | A bacia NÃO possui abertura frontal? | | | x | n | s | s | 7.7.2.1 | |
| | 145 | Há barras de apoio com comprimento mínimo de 0,80 m, fixadas horizontalmente nas paredes de fundo e na lateral da bacia sanitária, distando 0,75 m do piso acabado e uma barra vertical de, no mínimo 0,70m, a 0,10m acima da barra horizontal e a 0,30m da borda frontal da bacia? | | | x | n | s | s | 7.7.2.2 Figuras 103 e 104 | |
| | 146 | O acionamento da válvula de descarga está a no máximo 1,00 m do piso? | | | x | n | s | s | 7.7.3.1 | |
| | 147 | No caso de caixa acoplada, a barra sobre esta, possui altura máxima de 0,89 m? | | | x | n | s | s | 7.7.2.3.3 | |
| | 148 | O acionamento de descarga em caixa acoplada é do tipo alavanca ou sensores? | | | x | n | s | s | 7.7.3.2 | |
| LAVATÓRIO | 149 | O lavatório acessível é sem coluna ou com coluna suspensa, com profundidade máxima de 0,50m, altura final entre 0,78 e 0,80m e distante 0,30 m do piso? | | | x | n | s | s | 7.5.d) Figura 98 | |
| | 150 | No caso de lavatório instalado em bancada, a altura superior da cuba está entre 78 e 80 cm, e possui altura livre inferior de, no mínimo, 73 cm? | | | x | n | s | s | 7.10.3 | |
| | 151 | Há barras de apoio de cada lado dos lavatórios, distantes a, no máximo, 0,50m da parede e do eixo da torneira e no caso de barra horizontal, o perfil superior de 0,78 a 0,80m do piso e no caso de barra vertical com, no mínimo, | | | x | n | s | s | 7.8.1 Figuras 113 e 114 | |

| | | | | | | | | | | |
|------------------|-----|--|--|--|---|---|---|---|--|-------------------------|
| | | 0,40m de comprimento, a 0,90m do piso? | | | | | | | | |
| | 152 | As torneiras são acionadas por alavanca, sensor eletrônico ou dispositivo equivalente ? | | | x | n | | | | 7.8.2 |
| MICTÓRIO | 153 | Existe área de aproximação frontal para Pessoa com Mobilidade Reduzida (diâmetro de 60 cm) e para Pessoa em Cadeira de Rodas (0,80 m x 1,20 m)? | | | x | n | S | S | | 7.10.4 |
| | 154 | Para os mictórios suspensos, a altura da borda frontal é de 0,60 m a 0,65 m? | | | x | n | S | S | | 7.10.4.3 |
| | 155 | Acionamento da descarga é do tipo alavanca ou automática e possui altura de 1,00 m do piso? | | | x | n | S | S | | 7.10.4.3 |
| | 156 | O mictório possui barras de apoio em ambos os lados com afastamento de 0,30 m (a partir do eixo), comprimento mínimo de 0,70 m e fixadas a altura de 0,75 m do piso acabado? | | | x | n | S | S | | 7.10.4.3 |
| ACESSÓRIOS | 157 | Se existir ducha higiênica, está instalada de 0,45 a 1,20 do piso e distante de 0,25 a 0,43m da borda lateral da bacia? | | | x | n | | | | 7.5. m) Figura 14 |
| | 158 | O espelho, quando instalado em parede sem pias, possui borda inferior a, no máximo, 0,50 m e a borda superior a, no mínimo, 1,80 m do piso? | | | x | n | S | S | | 7.11.1 |
| | 159 | O espelho, quando instalado sobre o lavatório, possui borda inferior a, no máximo, a 0,90 m e a borda superior a, no mínimo, 1,80 m do piso? | | | x | n | S | S | | 7.11.1 |
| | 160 | A papelreira embutida está em altura mínima de 0,55 m (eixo) do piso e dista 0,20 m da borda frontal da bacia? | | | x | n | S | S | | 7.11.2 |
| | 161 | A papelreira de sobrepor está alinhada com a borda frontal da bacia e o acesso ao papel está a 1,00 m do piso acabado? | | | x | n | S | S | | 7.11.2 |
| | 162 | Os acessórios (papelreira, cabide e porta-objetos) atendem à altura entre 0,80 m e 1,20 m? | | | x | n | S | S | | 7.11.3 7.11.4 |
| BOXE DE CHUVEIRO | 163 | As dimensões mínimas do boxe de chuveiro são de 0,90 m x 0,95 m? | | | x | S | S | S | | 7.12.1.2 |
| | 164 | Caso exista porta no boxe, esta possui vão com largura livre mínima de 0,90 m confeccionada em material resistente a impacto? | | | x | n | S | S | | 7.12.1.1 |
| | 165 | O registro do chuveiro está a 1,00 m do piso acabado e a 0,45 m de distância do banco? | | | x | n | S | S | | 7.12.2 Figura 126 |
| | 166 | Há banco instalado na parede lateral ao chuveiro, com | | | x | n | S | S | | 7.12.3 Figura |

| | | | | | | | | | | |
|---------------------------|-----|--|--|--|---|---|---|---|-----------------------------------|--|
| | | dimensões mínimas de 0,70 m x 0,45 m, e altura de 0,46 m do piso acabado? | | | | | | | 126.b) | |
| | 167 | No boxe há barra de apoio de 90° na parede lateral ao banco e barra vertical na parede de fixação do banco? | | | x | n | s | s | 7.12.3 Figura 126.a) | |
| | 168 | O piso do boxe de chuveiro é antiderrapante, está nivelado com o piso adjacente e possui grelhas ou ralos fora da área de manobra e transferência? | | | x | n | s | s | 7.12.4 | |
| BANHEIRA | 169 | Há área de transferência (0,80 m x 1,20 m) lateral à banheira? | | | x | n | s | s | 7.13.2 Figuras 127 e 128 | |
| | 170 | A banheira possui altura máxima de 0,46 m? | | | x | n | s | s | 7.13.2.1 | |
| | 171 | O acionamento da banheira do comando deve estar a uma altura de 0,80 m do piso acabado? | | | x | n | s | s | 7.13.2.3 | |
| | 172 | A banheira possui duas barras de apoio horizontais na parede frontal e uma vertical na parede lateral? | | | x | n | s | s | 7.13.2.4 Figura 129 | |
| ÁREA COMUM DOS VESTIÁRIOS | 173 | Os vestiários acessíveis estão localizados em rotas acessíveis? | | | x | s | s | s | 7.3.1 | |
| | 174 | Existe vestiário acessível com entrada independente? | | | x | s | s | s | 7.4.2 | |
| | 175 | As superfícies de piso dos vestiários acessíveis possuem revestimento regular, firme, estável, não trepidante e antiderrapante, estando secas ou molhadas? | | | x | n | s | s | 7.12.4 | |
| | 176 | Há, no mínimo, 5% do total de cada peça instalada acessível, com no mínimo uma, consideradas separadamente, se houver divisão por sexo? | | | x | n | s | s | 7.4.5 | |
| | 177 | Há sinalização de emergência? | | | x | n | s | s | 7.4.2.2 | |
| | 178 | Os vestiários acessíveis possuem dispositivo de sinalização de emergência (alarme sonoro e visual) próximo à bacia, acionado através de pressão ou alavanca, instalado à 40 cm do piso e com cor contrastante? | | | x | n | s | s | 5.6.4.1 | |
| | 179 | Os interruptores foram instalados em altura de 0,60m a 1,00 m do piso? | | | x | n | s | s | 4.6.9 | |
| | 180 | A sinalização visual está associada à sinalização tátil em relevo e Braille (instalada na parede adjacente ou batente em altura entre 0,90 m - 1,20 m) ou sonora? | | | x | n | s | s | 5.4.1 | |
| | 181 | As portas, quando abertas, possuem vão livre de 0,80 m de largura e 2,10 m de altura? | | | x | s | s | s | 6.11.2.4 | |

| | | | | | | | | | | |
|----------|--------|--|--|--|---|---|---|---|--|--------|
| | 182 | A porta possui puxador horizontal, com diâmetro entre 25 mm a 35 mm, com comprimento mínimo de 0,40 m, afixado na parte interna da porta e maçaneta tipo alavanca? | | | x | n | S | S | 6.11.2.7 Figura 84; 7.11.5 | |
| | 183 | Nos locais de prática esportivas, as portas tem largura mínima de 1m nas circulações destinada a praticantes? | | | x | s | S | S | 6.11.2.4; 6.11.2.1 2; 10.11.1 | |
| CABINAS | 184 | As cabinas individuais acessíveis possuem superfície para troca de roupas na posição deitada, de dimensões mínimas de 0,70 m de largura, 1,80 m de comprimento e altura de 0,46 m? | | | x | n | S | S | 7.14.1 | |
| | 185 | Há duas barras de apoio horizontais junto à superfície de troca de roupas com comprimento mínimo de 0,80 m, instaladas na cabeceira a 0,30 m da lateral e na lateral a 0,50 m da cabeceira, ambas em altura de 0,75 m do piso acabado? | | | x | n | S | S | 7.14.1 | |
| | 186 | A porta da cabina, quando aberta, possui vão livre com largura de 0,80 m ou 1,00 m, em locais de pratica esportiva, com abertura para o lado externo da cabina? | | | x | s | S | S | 7.14.1; 10.11.1 | |
| | 187 | A porta da cabina possui puxador horizontal, com diâmetro entre 25 mm a 35 mm, com comprimento mínimo de 0,40 m, afixado na parte interna da porta e sistema de travamento acessível? | | | x | n | S | S | 7.5.f) Figura 84 | |
| | 188 | O espelho, quando instalado, possui borda inferior a 0,30 m e a borda superior a, no mínimo, 1,80 m do piso? | | | x | n | S | S | 7.14.1 | |
| | BANCOS | 189 | Os bancos para vestiários possuem encosto e profundidade mínima de 0,45 m, largura mínima de 0,70 m e altura de 0,46 m do piso, e possuem um espaço livre inferior com 0,30 m de profundidade? | | | x | n | S | S | 7.14.2 |
| 190 | | Os bancos possuem área de transferência lateral com dimensões mínimas de 0,80 x 1,20 m? | | | x | n | S | S | 7.14.2 Figura 131 | |
| ARMÁRIOS | 191 | A altura de utilização dos armários está entre 0,40 m e 1,20m do piso acabado? | | | x | n | S | S | 7.14.3 | |
| | 192 | A altura de fixação dos puxadores dos armários está entre 0,40 m e 1,20 m? | | | x | n | S | S | 7.14.3 | |
| | 193 | As prateleiras possuem profundidade que variam entre 0,25 e 0,43, a depender da altura de cada prateleira, conforme | | | x | n | S | S | 7.14.3 4.6.2 Figura 14 | |

| | | | | | | | | | | |
|--------------------------------|--|--|--|---|---|---|---|---------|---|--|
| | | figura 14 da NBR 9050? | | | | | | | | |
| | 194 | As projeção de abertura das portas dos armários permite área de circulação mínima de 0,90 m? | | | x | n | S | S | 7.14.3 | |
| ACESSÓRIOS | 195 | Os cabides e porta-objetos estão a uma altura entre 0,80 m e 1,20 m? | | | x | n | S | S | 7.14.5 | |
| | 196 | O porta-objetos possui profundidade máxima de 0,25 m? | | | x | n | S | S | 7.14.5 | |
| MOBILIÁRIO (EXTERNO E INTERNO) | 197 | O mobiliário urbano está localizado junto a uma rota acessível e fora da faixa livre para circulação de pedestre? | | | x | s | S | S | 4.3.3 8.1 | |
| | 198 | Os assentos públicos possuem altura e profundidade entre 0,40 e 0,45 m, largura individual entre 0,45 e 0,50 m e encosto com ângulo entre 100° e 110°? | | | x | n | S | S | 8.9.1 | |
| | 199 | Em locais de atendimento ao público, existe assento de uso preferencial sinalizado com o Símbolo Internacional de Acesso e com os símbolos de gestante, pessoa com criança de colo, pessoa idosa, pessoa obesa e pessoa com mobilidade reduzida? | | | x | n | S | S | 5.3.2 Figuras 31 e 32; 5.3.5.1 Figuras 35 a 39 | |
| | 201 | O assento para pessoa obesa possui largura mínima de 0,75 m, profundidade entre 0,47 m e 0,51 m e altura do assento entre 0,41 m e 0,45 m e suporta carga de 250 Kg? | | | x | n | S | S | 4.7 | |
| | 202 | O mobiliário não interrompe a livre passagem, nos espaços de circulação das rotas acessíveis? | | | x | n | S | S | 4.3.3 | |
| | 203 | Há M.R (0,80 x 1,20 m) ao lado dos assentos fixos e fora da faixa para circulação de pedestres? | | | x | s | S | S | 8.9.3 | |
| | 204 | A circulação entre os móveis ou passagens internas é, no mínimo, de 0,90 m e possui áreas de giro para retorno? | | | x | n | S | S | 4.3 | |
| | 205 | As mesas possuem largura mínima de 0,90 m e altura da superfície de trabalho entre 0,75 m e 0,85 m? | | | x | n | S | S | 9.3.1.3 | |
| 206 | As mesas permitem aproximação frontal da cadeira de rodas, com uma altura livre mínima de 0,73 m embaixo da superfície de trabalho, garantindo largura mínima de 0,80 m e profundidade mínima de 0,50 m? | | | x | n | S | S | 9.3.1.4 | | |
| TRANSPORTE | 207 | Em pontos de embarque e desembarque de transporte público, se houver assentos fixos e/ou apoios isquiáticos, há também espaço para P.C.R com dimensões de 0,80 m x 1,20 m? | | | x | s | S | S | 8.2.1.2 | |
| | 208 | Há sinalização informativa sobre as linhas disponíveis nos pontos de ônibus, dos tipos visual e sonora? | | | x | n | S | S | 8.2.1.3 5.2.7 | |

| | | | | | | | | | | |
|---|-----|---|--|--|---|---|---|---|--------------------|--|
| TELEFONES | 209 | Em edificações de grande porte e equipamentos urbanos, há pelo menos um telefone que transmita mensagens de texto (TDD) ou tecnologia similar, instalado a uma altura entre 0,75 m e 0,80 m do piso acabado? | | | x | n | s | s | 8.3.2 | |
| | 210 | Pelo menos um telefone de cada conjunto assegura dimensão e espaço apropriado para aproximação, alcance, manipulação e uso, devidamente sinalizado? | | | x | n | s | s | 8.3.1 8.1 | |
| | 211 | Caso exista cabina telefônica, pelo menos uma é acessível e possui dimensões que garantem um M.R (0,80 m x 1,20 m) com aproximação frontal? | | | x | n | s | s | 8.4.2 | |
| | 212 | O telefone da cabina acessível está instalado suspenso, na parede oposta à entrada? | | | x | n | s | s | 8.4.2 | |
| | 213 | Em frente à cabina há espaço para rotação de 180° de cadeira de rodas (1,50 x 1,20 m)? | | | x | n | s | s | 8.4.2 | |
| VEGETAÇÃO | 214 | Se houver áreas drenantes de árvores invadindo as faixas livres do passeio, há grelhas de proteção, com vãos de no máximo 15 mm? | | | x | n | s | s | 8.8.3 | |
| BALCÕES DE ATENDIMENTO E/OU INFORMAÇÕES | 215 | O balcão de atendimento e/ou informações está facilmente identificado e localizado em rota acessível? | | | x | n | s | s | 9.2.1.1 | |
| | 216 | Os balcões de atendimento e/ou informações garantem um M.R frontal? | | | x | s | s | s | 9.2.1.2 | |
| | 217 | Há circulação adjacente aos balcões que permita giro de 180° (1,20 x 1,50 m) de cadeira de rodas? | | | x | s | s | s | 9.2.1.2 | |
| | 218 | Balcão de atendimento possui superfície com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m a 0,85 m do piso, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m? | | | x | n | s | s | 9.2.1.4 | |
| | 219 | Balcão de informações possui superfície com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,90 m a 1,05 m do piso, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m? | | | x | n | s | s | 9.2.3.4 | |
| | 220 | Balcão de atendimento ou de informação possui altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m e profundidade livre mínima de 0,30 m, de modo que a pessoa em cadeira de rodas tenha a possibilidade de avançar sob o balcão? | | | x | n | s | s | 9.2.1.5 9.2.3.5 | |
| | 221 | Os balcões possuem o Símbolo Internacional de Acesso próximo à parte rebaixada? | | | x | n | s | s | 5.3.2.2 | |
| AUTO-ATENDIMENTO | 222 | Em áreas de atendimento, no caso de dispensers de senha ou totens de autoatendimento, estes | | | x | n | s | s | 9.4.3.2 | |

| | | | | | | | | | | |
|------------|-----|--|--|--|---|---|---|---|---------|--|
| | | estão localizados em área de piso nivelado e sem obstruções? | | | | | | | | |
| | 223 | Pelo menos um desses equipamentos possui um M. R. para aproximação (frontal e alcance visual frontal ou lateral) de pessoa em cadeira de rodas? | | | x | n | s | s | 9.4.3.4 | |
| | 224 | Os controles estão localizados entre 0,80 m e 1,20 m do piso, com profundidade de no máximo 0,30 m em relação à face frontal externa do equipamento? | | | x | n | s | s | 9.4.3.5 | |
| | 225 | O equipamento apresenta instruções e informações visuais e auditivas ou táteis em posição visível, conforme Seção 5? | | | x | n | s | s | 9.4.3.8 | |
| | 226 | No caso de displays de senhas, a informação é compreensível por pessoas com deficiência, sendo apresentada de forma visual e sonora? | | | x | n | s | s | 5.1.3 | |
| BEBEDOUROS | 227 | Os bebedouros estão instalados com no mínimo duas alturas diferentes de bica: 0,90 m e outra entre 1,00 m e 1,10 m em relação ao piso acabado? | | | x | n | s | s | 8.5.1.2 | |
| | 228 | O bebedouro de 0,90 m possui altura livre inferior de 0,73 m? | | | x | n | s | s | 8.5.1.3 | |
| | 229 | Há possibilidade de aproximação frontal sob o equipamento, garantido um M.R.? | | | x | n | s | s | 8.5.1.3 | |
| | 230 | Havendo copos descartáveis, estes estão entre 0,80 m e 1,20 m do piso? | | | x | n | s | s | 8.5.2 | |
| | 231 | Os outros modelos (garrafão, filtro, etc.), assim como o manuseio dos copos, estão posicionados na altura entre 0,80 m e 1,20 m do piso acabado? | | | x | n | s | s | 8.5.2 | |
| | 232 | Estes modelos permitem a aproximação lateral de uma Pessoa com Cadeira de Rodas? | | | x | n | s | s | 8.5.2 | |

* A ser preenchido pelo Proponente na entrega de documentação para a Mandatária / Concedente, referente a 1ª etapa de verificação (análise do Projeto Engenharia)

** Será verificado pelo Convenente no Projeto Executivo de Acessibilidade

*** A Mandatária verificará somente os itens inseridos na rota acessível (indicada no projeto) marcados com "SIM" nos instrumentos de transferência com valor de repasse acima de R\$ 5 milhões.

N/A - Não se aplica; s-sim; n-não



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO

**MEMORIAL DESCRITIVO E
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO
DE DIVERSAS RUAS**



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO

ÍNDICE:

| | |
|---------------------------|-----------|
| SERVIÇO PRELIMINAR | 06 |
|---------------------------|-----------|

| | |
|---------------------------|-----------|
| MOVIMENTO DE TERRA | 07 |
|---------------------------|-----------|

| | |
|---------------------|-----------|
| PAVIMENTAÇÃO | 07 |
|---------------------|-----------|

| | |
|-----------------|-----------|
| DIVERSOS | 08 |
|-----------------|-----------|



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO

FINALIDADE

A presente especificação tem por finalidade descrever de forma clara os serviços a serem executados e materiais a empregar, definindo Normas e Conduas Técnicas a serem observadas na execução da pavimentação em paralelepípedo em diversas ruas no município de Nova Olinda /PB.

OBJETO DA OBRA

Construção de uma pavimentação em paralelepípedo com Meio-fio (Guia) de concreto pré-moldado e calçada em concreto.

O município é carente de infraestrutura em grande parte da sua área de expansão, principalmente em pavimentação de ruas. Com o objetivo de diminuir os transtornos da população, em especial nos períodos chuvosos e para dar um deslocamento tranquilo do trânsito será feita a pavimentação das ruas apresentadas no projeto.

FISCALIZAÇÃO

A FISCALIZAÇÃO é o preposto direto da PREFEITURA junto às obras, que dá as instruções para execução dos serviços, podendo rejeitar ou alterar processos de execução, aplicação de mão-de-obra, de material e equipamentos considerados inadequados à execução do projeto.

Toda liberação será tomada tendo em vista o conteúdo destas Especificações. Os casos omissos serão resolvidos mediante consulta à FISCALIZAÇÃO. As dúvidas suscitadas na interpretação do Projeto e das Especificações serão encaminhadas, inicialmente, à FISCALIZAÇÃO que, caso julgue necessário, consultará sua instância superior.

Todos os pagamentos de taxas e licenças serão de responsabilidade da CONTRATADA, bem como a execução e fixação, em local a ser definido pela FISCALIZAÇÃO, de placas indicativas da obra, nas dimensões e modelos fornecidos pela Prefeitura.

Será mantido no escritório da construção, um livro de ocorrência onde serão anotados, pela CONTRATADA e pela FISCALIZAÇÃO, todos os fatos que interfiram no desenvolvimento dos trabalhos.

Consideram-se como partes integrantes destas especificações, as instruções registradas no livro de ocorrência, concernentes a serviços, materiais, equipamentos e mão-de-obra.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO

Os materiais que derem entrada no canteiro, só serão considerados recebidos e aplicáveis, depois de inspecionados e aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA facilitará ao pessoal da FISCALIZAÇÃO, livre e seguro acesso e trânsito no canteiro de trabalho.

As obras, a serem executadas, obedecerão aos cálculos, desenhos, memórias justificativas do projeto e a estas Especificações.

No caso de eventuais divergências entre elementos do projeto, serão observados os seguintes critérios:

- A.** - as cotas assinaladas prevalecerão sobre as respectivas dimensões em escala;
- B.** - os desenhos de maior escala prevalecerão sobre os de menor escala;
- C.** - em outras divergências, prevalecerá a interpretação da FISCALIZAÇÃO;
- D.** - os casos omissos ou particulares do projeto, que não estejam detalhados e especificados, serão decididos pela FISCALIZAÇÃO ou pela instância superior prevalecendo, em qualquer caso, o que estabelecem os quantitativos constantes da Planilha Orçamentária, objeto da Licitação.

A EMPREITEIRA deverá providenciar as seguintes instalações no canteiro de obra:

- A.** Sanitários para operários;
- B.** Tanques para água da construção;
- C.** Equipamentos mecânicos;
- D.** Canteiro para depósito de material exposto ao tempo;
- E.** Instalação de água potável;
- F.** Escritório para FISCALIZAÇÃO;
- G.** Colocação de placas indicativas da obra com desenhos fornecidos pela PREFEITURA;
- H.** Instalação elétrica para a obra;
- I.** Almojarifado;
- J.** Alojamento para operários, se necessário.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO

ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

Será exercidos por ENGENHEIROS responsáveis, mestres gerais e demais elementos necessários para a boa execução dos serviços.

Será procedida periodicamente a remoção de todo o entulho, ou detritos, que venham a se acumular no decorrer da obra.

Deverão ser apresentados à FISCALIZAÇÃO, “croquis” indicativos das instalações, antes de sua efetiva execução”.

ABASTECIMENTO E SERVIÇOS PÚBLICOS

O abastecimento d’água é realizado através da CAGEPA regional e a energia elétrica ficará por conta da ENERGISA ou qualquer outra atividade que se faça necessária para perfeita execução da Obra.

DISPOSITIVOS PRELIMINARES

- 0.1.** A execução de todos os serviços contratados obedecerá, rigorosamente, os projetos fornecidos e as especificações, que complementam, no que couber, deverá ser combinado previamente entre as partes.
- 0.2.** Compete ao Construtor fazer prévia visita ao local da obra para proceder a minucioso exame das condições locais, averiguarem os serviços e material a empregar. Qualquer dúvida ou irregularidade observada nos projetos ou especificações deverá ser previamente esclarecida com o proprietário e autor do projeto.
- 0.3.** No intuito de tomar todas as precauções necessárias a evitar a ocorrência de acidentes na obra, informamos que durante a execução dos trabalhos deverá ser rigorosamente observada as Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho (NR - 18 Obras de Construção, Demolição e Reparos).



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO

1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES

Antes do início das obras, a empreiteira se responsabilizará em entrar em contato com a concessionária de energia local para remanejamento de qualquer poste que por ventura esteja nas faixas de rolamento a serem pavimentadas.

1.1- Serviços topográficos

A locação deverá ser executada com instrumentos topográficos de precisão, devidamente aferidos antes do início dos trabalhos.

A locação será feita sempre usando as medidas calculadas sobre as cotas do projeto.

Em caso de dúvidas, deverá ser consultada a FISCALIZAÇÃO.

A ocorrência de erro na locação da obra projetada implicará para a CONTRATADA, na obrigação de fazer, por sua conta e risco e, nos prazos estipulados, as modificações, demolições e reposições necessárias.

1.2 – Placas da obra

Será em chapa de aço galvanizado, tamanho 2,50x4, 00m, devendo obedecer rigorosamente ao modelo fornecido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

2.0 MOVIMENTO DE TERRA

O corte e aterro compensado deverão ser feito sempre que possível. Ao fim do processo de terraplanagem, todas as ruas deverão estar regularizadas e compactadas.

Será feita também uma escavação manual de valas de 0,15x0, 20m para assentamento do meio-fio.

3.0 PAVIMENTAÇÃO

3.1 – Meio Fios

Os meios-fios serão assentados e alinhados ao longo da pista de rolamento. Serão em concreto pré-moldado, dimensões 12x15x30x100cm, rejuntado com argamassa 1:4 (cimento:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO

areia), incluindo escavação e reaterro. Os meios-fios deverão ter suas faces aparentes sem falhas ou depressões. Quando curvos, os meios-fios deverão obedecer aos raios de curva projetada.

A face livre deverá ficar aproximadamente vertical ao meio-fio, constituindo o ressalto, com 15 a 20 cm de altura exposta. O piso superior do meio-fio deverá ter de 15 a 20 cm de largura.

3.2 – Pavimentação

Os pavimentos graníticos serão constituídos de pedras entalhadas em forma de paralelepípedos e assentados sobre colchão de areia com espessura de 10 cm de modo conveniente a fim de possibilitar o entrosamento necessário e obedecer a condições projetadas de greide, alinhamento e perfil transversal. As juntas serão preenchidas com argamassa de cimento e areia no traço 1:3, alternadas em relação às duas fiadas vizinhas, de tal modo que cada junta ficasse dentro do terço médio do paralelepípedo vizinho.

A penetração da argamassa do rejunte entre as pedras deve ser, no mínimo, de 1/3 da altura da pedra (3,3 a 4,0 cm).

O espaçamento entre as pedras (espessura) deve ser de 1,5 a 2,0cm.

Os meios-fios deverão ter suas arestas rigorosamente alinhadas como estabelecida em projeto e serão rejuntados com argamassa.

3.3 – Calçada

Será executada em concreto não estrutural no traço 1:3:5 (cimento:areia:brita), Fck = 20 Mpa, espessura de 7 cm, preparo manual.

4.0 DIVERSOS

4.1 – Rampas de Acessibilidade

Vale salientar que as rampas de acessibilidade já estão implícitas na execução das calçadas, uma vez que as mesmas são constituídas dos mesmos insumos que compõem o preço unitário das calçadas. As rampas terão pisos táteis direcionais e de alerta (ladrilhos) dispostos na rampa de



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO

acordo com projeto em ANEXO. Os pisos táteis serão em blocos de concreto pré-moldado (ladrilho) e obedecerá ao dimensionamento do projeto específico.

4.2 – Placas de identificação de rua

Deverá ser providenciada placa de identificação para todas as ruas. Terão dimensões de 45x25cm e colocadas em local de fácil visualização. Serão em chapa esmaltada.

4.3– Placas de sinalização vertical

O projeto de sinalização viária segue os seguintes volumes:

- Volume I - Sinalização Vertical de Regulamentação
- Volume II - Sinalização Vertical de Advertência
- Volume IV- Sinalização horizontal

- DEVEM SER COLOCADAS NA POSIÇÃO VERTICAL, FAZENDO UM ÂNGULO DE 93º A 95º EM RELAÇÃO AO SENTIDO DO FLUXO DE TRÁFEGO, VOLTADAS PARA O LADO EXTERNO DA VIA;
- O AFASTAMENTO LATERAL DAS PLACAS, MEDIDO ENTRE A BORDA LATERAL DA MESMA E DA PISTA, DEVE SER, NO MÍNIMO, 0,30 METROS PARA TRECHOS RETOS DA VIA, E 0,40 METROS NOS TRECHOS CURVOS;
- DEVERÁ SER COLOCADA NO MÁXIMO A 10,00 METROS DO PROLONGAMENTO DO MEIO-FIO OU DO BORDO DA PISTA TRANSVERSAL;
- LOCALIZADA DO LADO DIREITO DA VIA (EXCETO QUANDO SUA VISIBILIDADE ESTIVER PREJUDICADA)

4.4– Reassentamento de meio fio

Será reassentado os meios-fios existentes nos seus devidos locais projetados.

**NOVA OLINDA /PB,
5 DE FEVEREIRO DE 2019.**



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
SEM ESCALA

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
MUNICÍPIO: NOVA OLINDA - PB
LOCAL: DIVERSAS RUAS

| PRANCHA | TRABALHO TÉCNICOS | | DATA |
|---------|-------------------|--------------|------|
| | NOME | PROFISSIONAL | 2019 |
| 01 / 01 | | | |
| | | | |

ISNEP
Engenharia

Fone: (83) 3512 7293 - João Pessoa - PB
Fone: (83) 3521 7838 - Patos - PB



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO:

RUA JOSÉ GONZAGA





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO
RELATÓRIO FOTOGRÁFICO:

RUA MARIA NERI TEOTONIO





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO:

RUA JOSÉ LOURENÇO FILHO

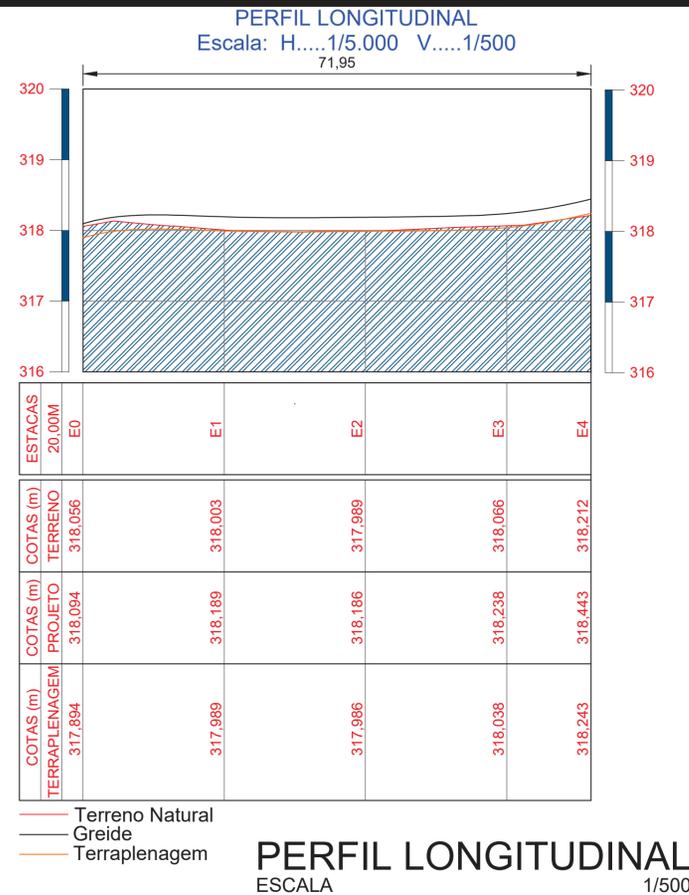




PLANTA DE SITUAÇÃO

ESCALA 1/200

RUA JOSÉ LOURENÇO FILHO
 COMPRIMENTO DA RUA: 71,95M
 LARGURA FAIXA DE ROLAMENTO: 5,20M
 MEIO-FIO A CONSTRUIR: 143,90M
 CINTURÃO DE TRAVAMENTO: 0,00M
 ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO: 374,14M²
 ÁREA DE ROCHA EXISTENTE: 00,00M²
 CALÇADA EXIST. A DEMOLIR: 0,00M²
 CALÇADA EXIST. DESCONTAR: 38,18M²
 CALÇADA A CONSTRUIR: 118,83M²
 RAMPAS DE ACESSIBILIDADE: 04 UND

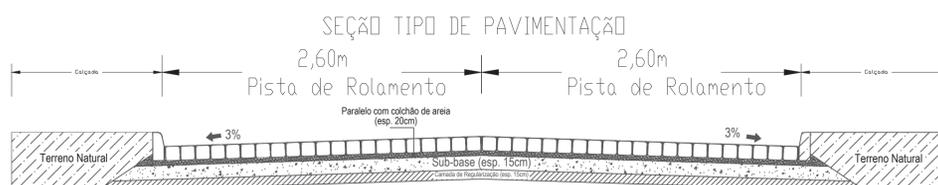


LEGENDA:

- MEIOFIO EXISTENTE
- MEIOFIO PROJETO
- EIXO DA PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS
- CALÇADA A CONSTRUIR
- PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO
- PEDRA EXISTENTE
- CALÇADA EXISTENTE
- CALÇADA EXISTENTE À DEMOLIR
- CALÇADA EXISTENTE À DESCONTAR
- PAVIMENTAÇÃO A CONSTRUIR
- PAVIMENTAÇÃO EXISTENTE
- PAVIMENTAÇÃO A CONSTRUIR NO MESMO CONTRATO
- ESTRADA
- CINTURÃO DE TRAVAMENTO
- POSTE EXISTENTE
- POÇO DE VISITA
- PISO PODOTÁTIL



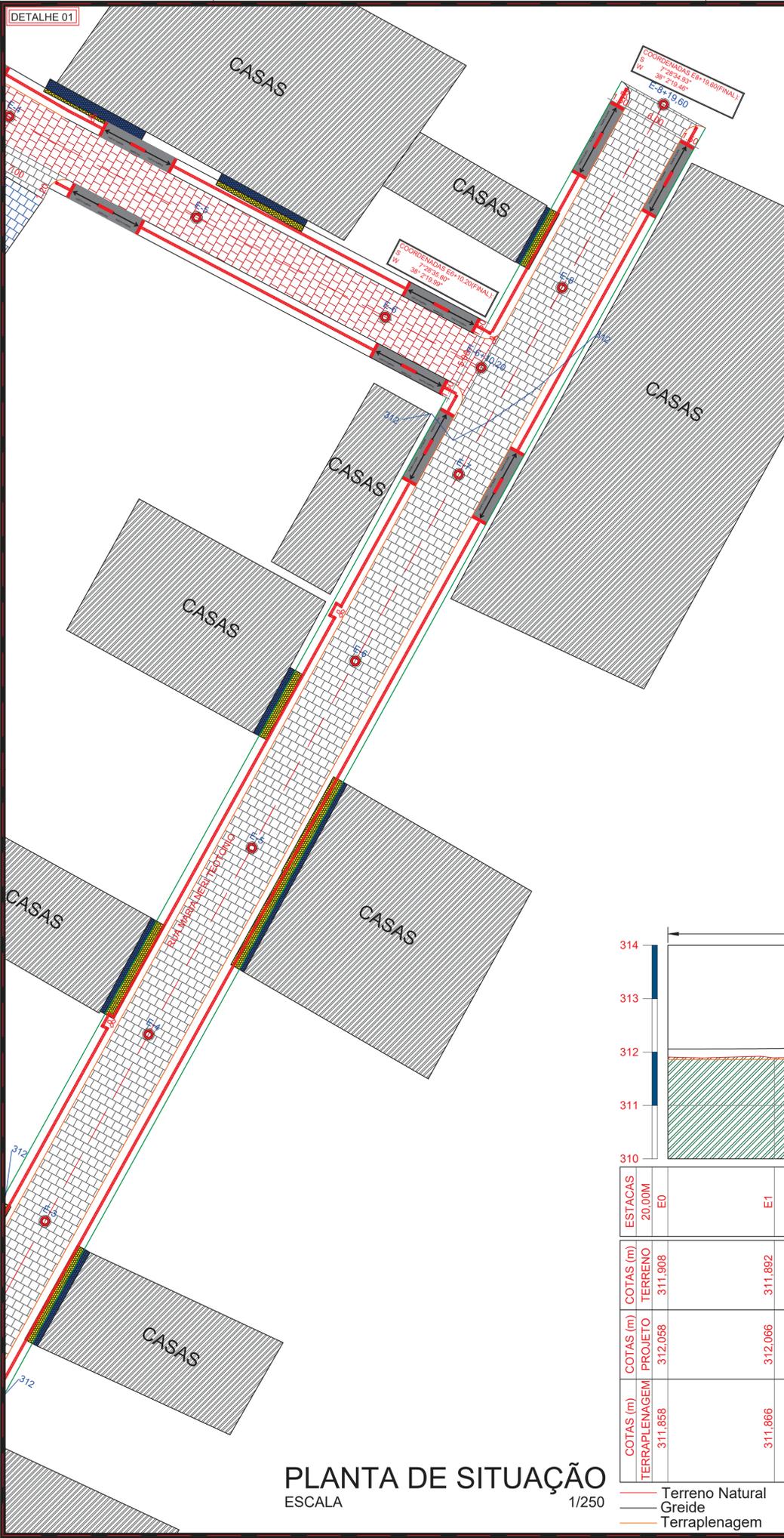
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO SEM ESCALA



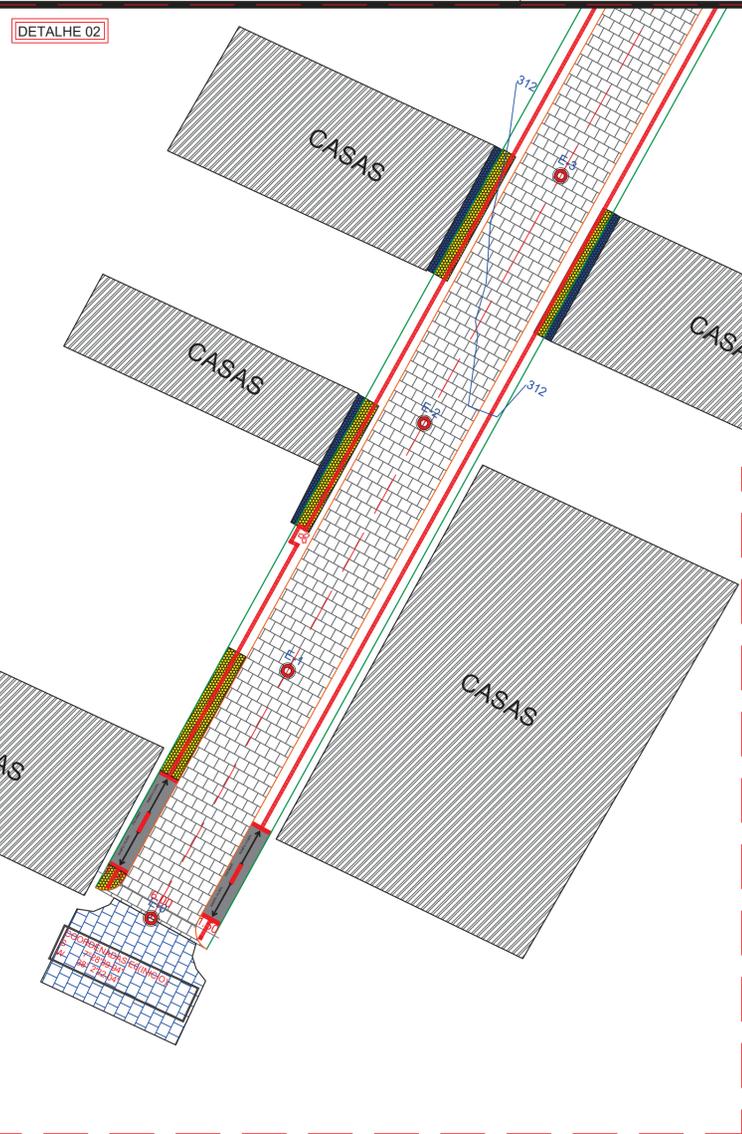
DETALHAMENTO DA SEÇÃO

ESCALA 1/75

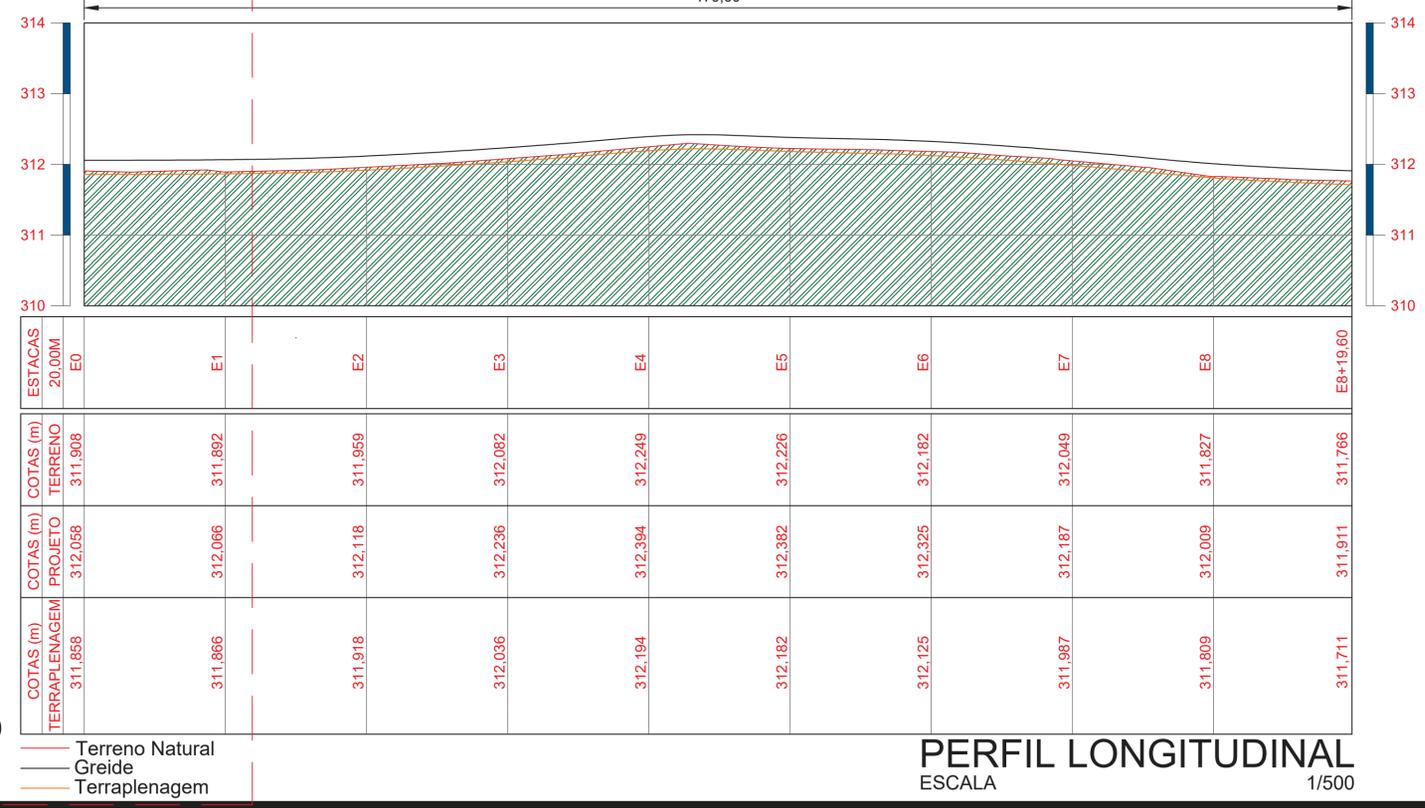
| | |
|--------------------|-------------------------------------|
| PROPRIETÁRIO | |
| ENGENHEIRO | |
| TOPOGRAFIA | |
| PROPRIETÁRIO: | PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA |
| MUNICÍPIO: | NOVA OLINDA - PB |
| LOCAL: | RUA JOSÉ LOURENÇO FILHO |
| OBRA: | |
| TRABALHOS TÉCNICOS | DATA |
| | 2018 |
| PRANCHA | DESENHO / ESCALA |
| 01 / 01 | INDICADOS(AS) |



PLANTA DE SITUAÇÃO
ESCALA 1/250



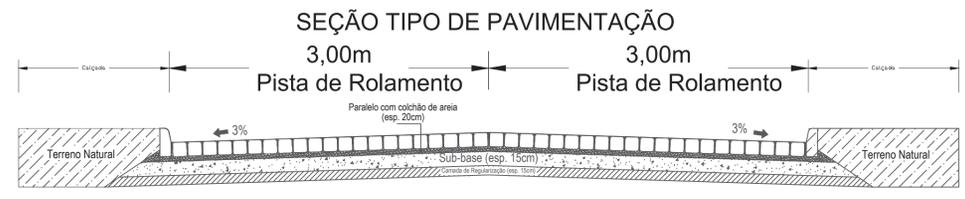
RUA MARIA NERI TEOTONIO
PERFIL LONGITUDINAL
Escala: H.....1/5.000 V.....1/500



PERFIL LONGITUDINAL
ESCALA 1/500



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
SEM ESCALA



SEÇÃO TIPO DE PAVIMENTAÇÃO
3,00m
Pista de Rolamento

DETALHAMENTO DA SEÇÃO
ESCALA 1/75

- LEGENDA:**
- MEIOFIO EXISTENTE
 - MEIOFIO PROJETO
 - EIXO DA PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDOS
 - CALÇADA À CONSTRUIR
 - PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO
 - PEDRA EXISTENTE
 - CALÇADA EXISTENTE
 - CALÇADA EXISTENTE À DEMOLIR
 - CALÇADA EXISTENTE À DESCONTAR
 - PAVIMENTAÇÃO À CONSTRUIR
 - PAVIMENTAÇÃO EXISTENTE
 - PAVIMENTAÇÃO À CONSTRUIR NO MESMO CONTRATO
 - ESTRADA
 - CINTURÃO DE TRAVAMENTO
 - POSTE EXISTENTE
 - POÇO DE VISITA
 - PISO PODOTÁTIL

PROPRIETÁRIO

ENGENHEIRO

TOPOGRAFIA

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
MUNICÍPIO: NOVA OLINDA - PB
LOCAL: RUA MARIA NERI TEOTONIO
OBRA:

| | |
|--------------------|------------------|
| TRABALHOS TÉCNICOS | DATA |
| | 2018 |
| PRANCHA | DESENHO / ESCALA |
| 01 / 01 | INDICADOS(A/S) |



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO

SINALIZAÇÃO VERTICAL

**NOVA OLINDA /PB,
26 DE FEVEREIRO DE 2019.**



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO

SINALIZAÇÃO VERTICAL:

A sinalização vertical é um subsistema da sinalização viária, que se utiliza de sinais apostos sobre placas fixadas na posição vertical, ao lado ou suspensas sobre a pista, transmitindo mensagens de caráter permanente ou, eventualmente, variável, mediante símbolos e/ou legendas preestabelecidas e legalmente instituídas.

A sinalização vertical tem a finalidade de fornecer informações que permitam aos usuários das vias adotarem comportamentos adequados, de modo a aumentar a segurança, ordenar os fluxos de tráfego e orientar os usuários da via.

A sinalização vertical é classificada segundo sua função, que pode ser de:

- regulamentar as obrigações, limitações, proibições ou restrições que governam o uso, Da via;
- advertir os condutores sobre condições com potencial risco existentes na via ou nas Suas proximidades, tais como escolas e passagens de pedestres;
- indicar direções, localizações, pontos de interesse turístico ou de serviços e transmitir.

Mensagens educativas, dentre outras, de maneira a ajudar o condutor em seu Deslocamento.

Os sinais possuem formas padronizadas, associadas ao tipo de mensagem que pretende transmitir (regulamentação, advertência ou indicação).

Todos os símbolos e legendas **devem** obedecer à diagramação dos sinais contida neste Manual.

Princípios da sinalização de trânsito

Na concepção e na implantação da sinalização de trânsito, **deve-se** ter como princípio básico as condições de percepção dos usuários da via, garantindo a real eficácia dos sinais.

Para isso, é preciso assegurar à sinalização vertical os princípios a seguir descritos:

Legalidade

Código de Trânsito Brasileiro - CTB e legislação complementar;

Suficiência

Permitir fácil percepção do que realmente é importante, com quantidade de sinalização compatível com a necessidade;

Padronização



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO

Seguir um padrão legalmente estabelecido, e situações iguais devem ser sinalizados com os mesmos critérios;

Clareza

Transmitir mensagens objetivas de fácil compreensão;

Precisão e confiabilidade

Ser precisa e confiável, corresponder à situação existente;

Ter credibilidade;

Visibilidade e legibilidade

Ser vista à distância necessária;

Ser lida em tempo hábil para a tomada de decisão;

Manutenção e conservação

Estar permanentemente limpa, conservada, fixada e visível.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE SINALIZAÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO

Definição e função

A sinalização vertical de regulamentação tem por finalidade transmitir aos usuários as condições, proibições, obrigações ou restrições no uso das vias urbanas e rurais. Assim, o desrespeito aos sinais de regulamentação constitui infrações, previstas no capítulo XV do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Pelos riscos à segurança dos usuários das vias e pela imposição de penalidades que são associadas às infrações relativas a essa sinalização, os princípios da sinalização de trânsito devem sempre ser observados e atendidos com rigor.

As proibições, obrigações e restrições devem ser estabelecidas para dias, períodos, horários, locais, tipos de veículos ou trechos em que se justifiquem, de modo que se legitimem perante os usuários.

É importante também que haja especial cuidado com a coerência entre diferentes regulamentações, ou seja, que a obediência a uma regulamentação não incorra em desrespeito à outra.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO

Conjunto de Sinais de Regulamentação:





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO

Aspectos legais

As mensagens dos sinais de regulamentação são imperativas e seu desrespeito constitui infração, conforme capítulo XV do CTB.

As formas, cores e dimensões que formam os sinais de regulamentação são objeto de resolução do CONTRAN e **devem** ser rigorosamente seguidos, para que se obtenha o melhor entendimento por parte do usuário. Os detalhes dos sinais aqui apresentados constituem um padrão coerente com a legislação vigente.

Sinais de regulamentação

Com o objetivo de facilitar seu entendimento, escolha e aplicação, neste manual os 51 (cinquenta e um) sinais de regulamentação estão agregados em 8 (oito) grupos, alguns também em subgrupos, conforme sua natureza, função, característica e aspecto do trânsito que regulamentam.

Os grupos e subgrupos são os seguintes:

1. Preferência de passagem
2. Velocidade
3. Sentido de Circulação
4. Movimentos de circulação
 - 4.1. Proibidos
 - 4.2. Obrigatórios
5. Normas especiais de circulação
 - 5.1. Controle de faixas de tráfego
 - 5.2. Restrições de trânsito por espécie e categoria de veículo
 - 5.3. Modos de operação
6. Controle das características dos veículos que transitam na via
7. Estacionamento
8. Trânsito de pedestres e ciclistas



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO

Características:

Padrões alfanuméricos

Para mensagens complementares dos sinais de regulamentação em áreas urbanas, devem ser utilizadas as fontes de alfabetos e números dos tipos Helvética Medium, Arial, Standard Alphabets for Highway Signs and Pavement Markings ou similar. Em áreas rurais devem ser utilizadas as fontes de alfabetos e números do tipo Standard Alphabets for Highway Signs and Pavement Markings series “D” ou “E (M)”.

Retrorefletividade e iluminação

Os sinais de regulamentação podem ser aplicados em placas pintadas, retrorefletivas, luminosas (dotadas de iluminação interna) ou iluminadas (dotadas de iluminação externa frontal).

Nas rodovias ou vias de trânsito rápido, não dotadas de iluminação pública as placas devem ser retrorefletivas, luminosas ou iluminadas.

Em vias urbanas recomenda-se que as placas de “Parada Obrigatória” (R-1), “Dê a Preferência” (R-2) e de “Velocidade Máxima” (R-19) sejam, no mínimo, retrorefletivas.

Estudos de engenharia podem demonstrar a necessidade de utilização das placas retrorefletivas, luminosas ou iluminadas em vias com deficiência de iluminação ou situações climáticas adversas.

As placas confeccionadas em material retrorefletivo, luminosas ou iluminadas devem apresentar o mesmo formato, dimensões e cores nos períodos diurnos e noturnos.

Materiais das placas

Os materiais mais adequados para serem utilizados como substratos para a confecção das placas de sinalização são o aço, alumínio, plástico reforçado e madeira imunizada.

Os materiais mais utilizados para confecção dos sinais são as tintas e películas. As tintas utilizadas são: esmalte sintético, fosco ou semifosco ou pintura eletrostática. As películas utilizadas são: plásticas (não retrorefletivas) ou retrorefletivas dos seguintes tipos: de esferas inclusas, de esferas encapsuladas ou de lentes prismáticas, a serem definidas de acordo com as necessidades de projeto.

Poderão ser utilizados outros materiais que venham a surgir a partir de desenvolvimento tecnológico, desde que possuam propriedades físicas e químicas que garantam as características essenciais do sinal, durante toda sua vida útil, em quaisquer condições climáticas, inclusive após execução do processo de manutenção.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO

Em função do comprometimento com a segurança da via, não deve ser utilizada tinta brilhante ou películas retrorrefletivas do tipo “esferas expostas”. O verso da placa deverá ser na cor preta, fosca ou semifosca.

Suporte das placas

Os suportes devem ser dimensionados e fixados de modo a suportar as cargas próprias das placas e os esforços sob a ação do vento, garantindo a correta posição do sinal.

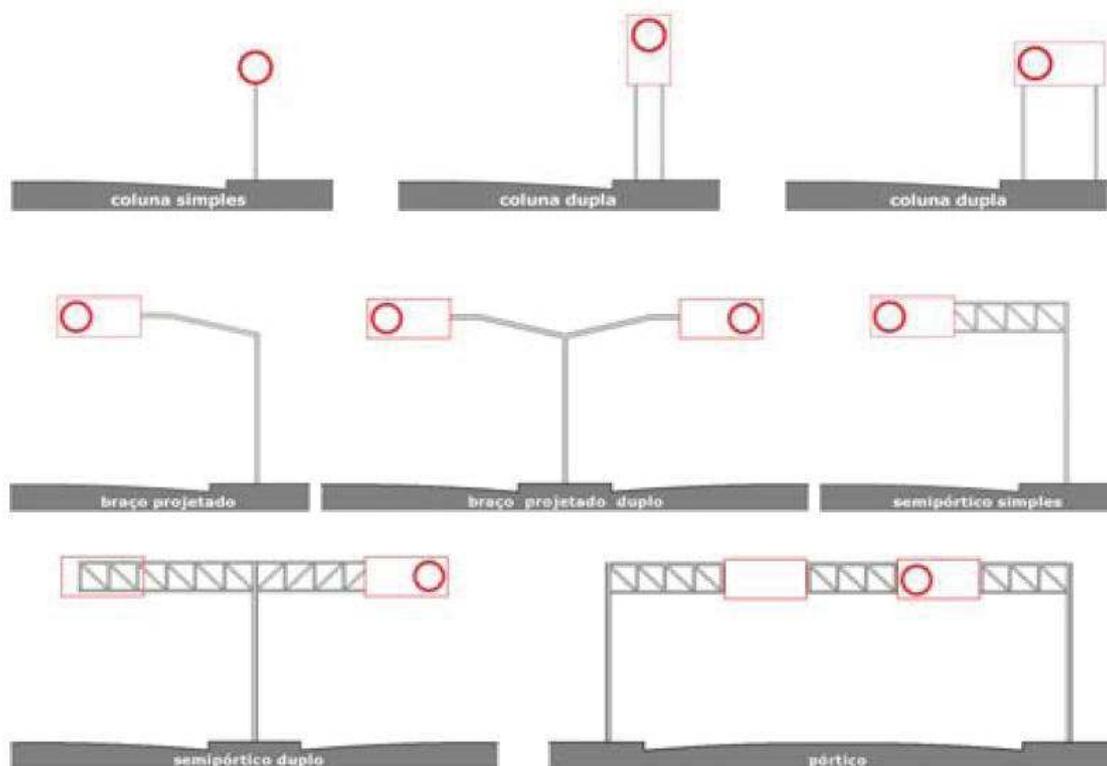
Os suportes devem ser fixados de modo a manter rigidamente as placas em sua posição permanente e apropriada, evitando que sejam giradas ou deslocadas.

Para fixação da placa ao suporte devem ser usados elementos fixadores adequados de forma a impedir a soltura ou deslocamento da mesma.

Os materiais mais utilizados para confecção dos suportes são aço e madeira imunizada.

Outros materiais existentes ou surgidos à partir de desenvolvimento tecnológico podem ser utilizados, desde que possuam propriedades físicas e químicas que garantam, suas características originais, durante toda sua vida útil em quaisquer condições climáticas.

Exemplos de suportes:





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO

Em determinados casos as placas podem ser fixadas em suportes existentes usados para outros fins, tais como, postes de iluminação, colunas ou braços de sustentação de grupos semafóricos.

Por questão de segurança e visibilidade é recomendável, quando possível, que a estrutura de viadutos, pontes e passarelas seja utilizada como suporte dos sinais, mantida a altura livre destinada à passagem de veículos.

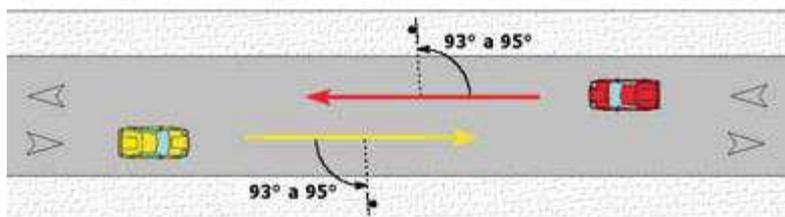
Os suportes **devem** possuir cores neutras e formas que não interfiram na interpretação do significado do sinal. **Não devem** constituir obstáculos à segurança de veículos e pedestres.

Para sinais usados temporariamente, os suportes podem ser portáteis ou removíveis com características de forma e peso que impeçam seu deslocamento.

Posicionamento na via

A regra geral de posicionamento das placas de sinalização consiste em colocá-las no lado direito da via no sentido do fluxo de tráfego que **devem** regulamentar, exceto nos casos previstos neste Manual.

As placas de sinalização **devem** ser colocadas na posição vertical, fazendo um ângulo de 93° a 95° em relação ao sentido do fluxo de tráfego, voltadas para o lado externo da via. Esta inclinação tem por objetivos assegurar boa visibilidade e leitura dos sinais, evitando o reflexo especular que pode ocorrer com a incidência de faróis de veículos ou de raios solares sobre a placa.



As placas suspensas podem ser utilizadas, conforme estudos de engenharia de tráfego, nas seguintes situações:

- controle de uso de faixa de trânsito;
- interseção complexa;
- três faixas ou mais por sentido;
- distância de visibilidade restrita;
- pequeno espaçamento entre interseções;
- rampas de saídas com faixas múltiplas;
- grande percentagem de ônibus e caminhões na composição do tráfego;
- falta de espaço para colocação das placas nas posições convencionais;
- volume de tráfego próximo à capacidade da via.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO

Nas vias rurais e urbanas de trânsito rápido, a não ser que o espaço existente seja muito limitado, recomenda-se manter uma distância mínima de 50 metros entre placas, para permitir a leitura de todos os sinais, em função do tempo necessário para a percepção e reação dos condutores, especialmente quando são desenvolvidas velocidades elevadas.

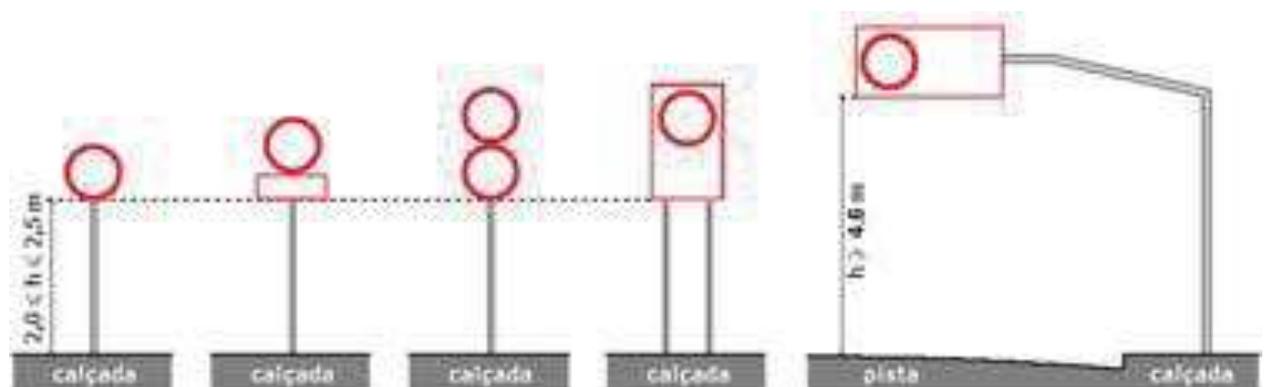
A altura e o afastamento lateral de colocação das placas de sinalização estão especificados de acordo com o tipo de via, urbana ou rural e são apresentados nas figuras a seguir.

Posicionamento em vias urbanas:

A borda inferior da placa ou do conjunto de placas colocada lateralmente à via, **deve** ficar a uma altura livre entre 2,0 e 2,5 metros em relação ao solo, inclusive para a mensagem complementar, se esta existir.

As placas assim colocadas se beneficiam da iluminação pública e provocam menor impacto na circulação dos pedestres, assim como ficam livres do encobrimento causado pelos veículos.

Para as placas suspensas a altura livre mínima **deve** ser de 4,6 metros.



O afastamento lateral das placas, medido entre a borda lateral da mesma e da pista, **deve** ser, no mínimo, de 0,30 metros para trechos retos da via, e 0,40 metros nos trechos em curva.

Nos casos de placas suspensas, **deve** ser considerados os mesmos valores medidos entre o suporte e a borda da pista.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO



A colocação de placas laterais em vias de trânsito rápido, com características semelhantes às vias rurais, poderá ser efetuada da mesma forma à aplicada nestas últimas, desde que não obstrua a eventual circulação de pedestres.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO

| | | | |
|---------------------------------|--|-------------|---|
| Sinal | Duplo sentido de circulação | R-28 |  |
| Significado | Assinala ao condutor do veículo que a via de sentido único de circulação passa a ser de sentido duplo, após o ponto em que o sinal estiver colocado. | | |
| Princípios de utilização | O sinal R-28 deve ser utilizado quando uma via de sentido único de circulação passa a ter sentido duplo. | | |
| Posicionamento na via | <p>A placa deve ser colocada no ponto a partir do qual ocorre a alteração na circulação.</p> <p>Deve ser colocada no lado direito da via/pista, e repetida no lado esquerdo, quando a visibilidade estiver prejudicada.</p> <p>Em vias com mais de 2 faixas e sentido único de circulação a placa deve ser repetida no lado esquerdo da via/pista.</p> <p>Nos casos em que o sinal precisa ser visto também pelo fluxo de trânsito da via/pista transversal, a placa deve ser colocada em ângulo que permita a adequada visibilidade.</p> <p>Em vias urbanas ou rurais a placa deve ser colocada no máximo a 5,0 m do prolongamento do meio-fio ou bordo da via/pista transversal ou canteiro central.</p> <p>A placa pode ser suspensa sobre a pista.</p> <p>Em interseção semaforizada a placa pode ser fixada na coluna ou braço projetado do semáforo, obedecendo aos critérios de posicionamento.</p> | | |



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO

Exemplos de aplicação



Fig. 94 via urbana



Fig. 95 via urbana



Fig. 96 via urbana

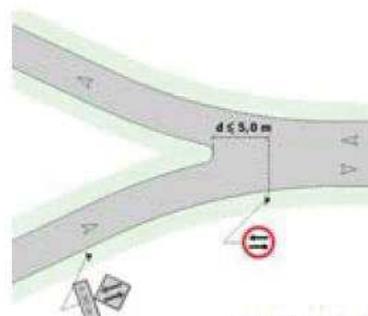


Fig. 97 via rural

Relacionamento com outras sinalizações

O sinal R-28 deve ser antecedido pelo sinal A-25 "Mão dupla adiante", acrescido, sempre que possível, de mensagem complementar "A ____ m" ou "Próxima quadra".

O sinal R-28 pode vir acompanhado de linhas de divisão de fluxos opostos, marcas de canalização e setas direcionais.

Enquadramento

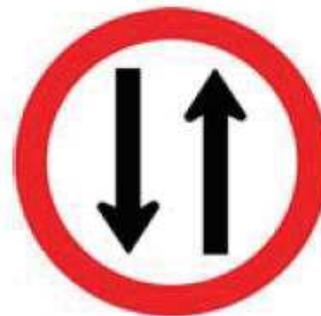
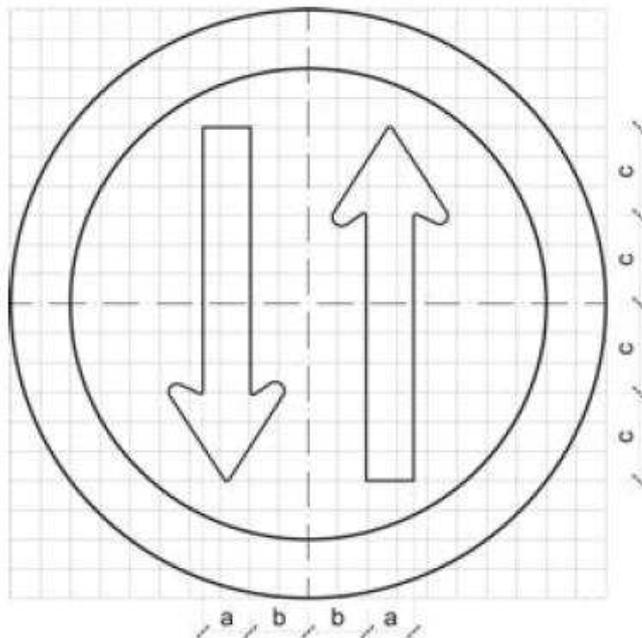
O desrespeito ao sinal R-28 caracteriza infração prevista no art. 186, inciso I, do CTB.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO

R-28

Duplo Sentido
de Circulação



CORES:

Fundo: Branco

Orla: Vermelho

Seta: Preto

Verso: Preto Fosco

| VIA | DIMENSÕES (mm) | | | | | Seta |
|--------|----------------|---------------|----|-----|-----|------|
| | Sinal | Malha | a | b | c | |
| URBANA | φ 400 | 20 x 20 | 32 | 40 | 60 | SR1 |
| | φ 500 | 25 X 25 | 40 | 50 | 75 | SR2 |
| | φ 750 | 37,50 X 37,50 | 60 | 75 | 113 | SR3 |
| RURAL | φ 500 | 25 X 25 | 40 | 50 | 75 | SR2 |
| | φ 750 | 37,50 X 37,50 | 60 | 75 | 113 | SR3 |
| | φ 1000 | 50 X 50 | 80 | 100 | 150 | SR4 |
| | φ 1200 | 60 X 60 | 96 | 120 | 180 | SR5 |

Nota:

As dimensões dos sinais deverão ser definidas conforme o tipo de via, especificado no item 4.6 "dimensões".



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO

5.1 Regulamentação de Preferência de Passagem

Refere-se aos sinais que determinam os fluxos de veículos que **devem** parar ou dar preferência de passagem em uma interseção. São caracterizados, a seguir, os sinais:

R-1 - "Parada obrigatória"

R-2 - "Dê a preferência"

| | | | |
|---------------------------------|---|------------|---|
| Sinal | Parada obrigatória | R-1 |  |
| Significado | Assinala ao condutor que deve parar seu veículo antes de entrar ou cruzar a via/pista. | | |
| Princípios de utilização | <p>O sinal R-1 deve ser utilizado quando se deseja reforçar ou alterar a regra geral de direito de passagem prevista no art. 29, inciso III, do CTB.</p> <p>Seu uso deve se restringir às situações em que a parada de veículos for realmente necessária, sendo insuficiente ou perigosa a simples redução da velocidade, ou quando ocorrer uma das condições abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none">• onde o risco potencial, ou a ocorrência de acidentes, demonstre sua necessidade;• nas interseções sem controle por semáforo, em área que tenha grande número de interseções semaforizadas;• nas passagens de nível não semaforizadas;• em vias transversais, junto a interseções com vias consideradas preferenciais, devido suas condições geométricas, de volume de tráfego ou continuidade física;• em interseções em que a via considerada secundária apresenta visibilidade restrita. | | |
| Posicionamento na via | <p>A placa deve ser colocada no lado direito da via/pista, o mais próximo possível do ponto de parada do veículo.</p> <p>Em pistas com sentido único de circulação, em que o posicionamento da placa à direita não apresente boas condições de visibilidade, este sinal pode ser repetido ou colocado à esquerda.</p> | | |



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO

Em pistas com sentido único de circulação, com duas ou mais faixas de trânsito, com grande volume de tráfego, recomenda-se o uso de placa contendo o sinal **R-1** em ambos os lados.

Quando a via secundária interceptar a via que tem preferência de passagem em ângulo agudo, a posição da placa **R-1** deve ser tal que não gere dúvidas aos usuários.

Em vias urbanas, a placa deve ser colocada no máximo a 10,0 m do prolongamento do meio-fio ou do bordo da pista transversal.

Em vias rurais, a placa deve ser colocada no mínimo a 1,5 m, e no máximo a 15,0 m do prolongamento do meio-fio ou do bordo da pista transversal.

A placa pode ser utilizada suspensa sobre a pista.

Exemplos de aplicação

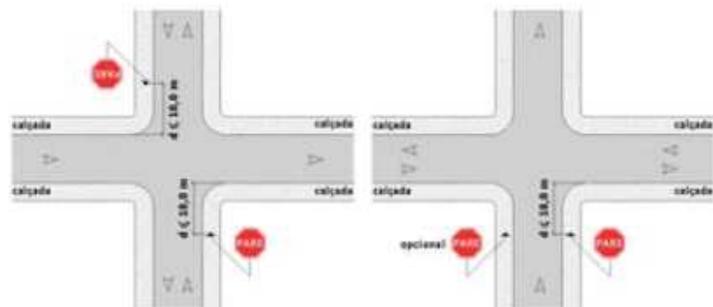


Fig. 9 via urbana

Fig. 10 via urbana

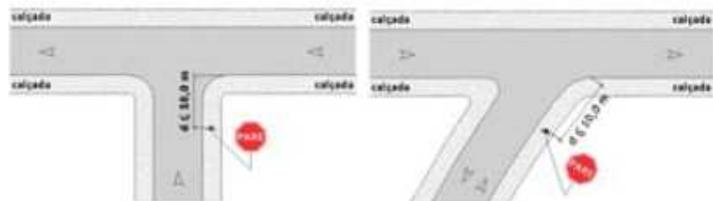


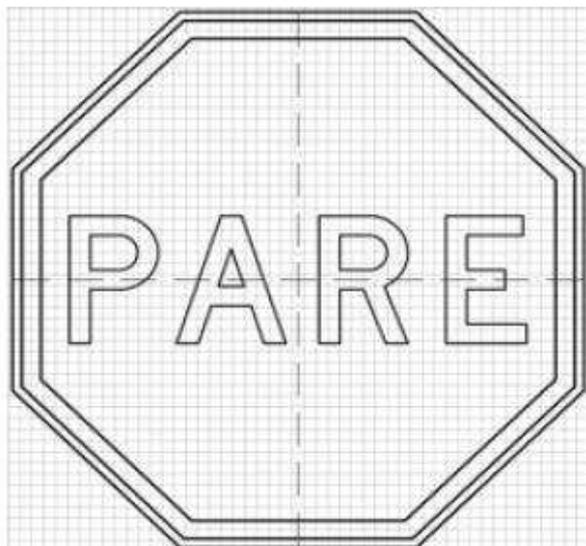
Fig. 11 via urbana

Fig. 12 via urbana



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
OBRA: PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO

R-1
Parada Obrigatória



CORES:
Fundo: Vermelho Refletivo
Orla Interna: Branco Refletivo
Orla Externa: Vermelho Refletivo
Letras: Branco Refletivo
Verso: Preto Fosco

LETRAS:
Série D ou E, texto centralizado.

| VIA | DIMENSÕES (mm) | | |
|--------|----------------|---------------|-----|
| | Lado | Malha | a |
| URBANA | 250 | 12,50 x 12,50 | 72 |
| | 350 | 17,50 x 17,50 | 101 |
| | 400 | 20 x 20 | 115 |
| RURAL | 350 | 17,50 x 17,50 | 101 |
| | 400 | 20 x 20 | 115 |
| | 480 | 24 x 24 | 138 |

Nota:

As dimensões dos sinais deverão ser definidas conforme o tipo de via, especificado no item 4.6 "dimensões".